



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL
CAMPUS DO SERTÃO
PEDAGOGIA LICENCIATURA

FERNANDA DALVINA MARTINS

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

DELMIRO GOUVEIA- AL

2024

FERNANDA DALVINA MARTINS

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia, da Universidade Federal
de Alagoas - Campus Sertão, para a obtenção
do título de Licenciada em Pedagogia.
Orientadora: Profa. Dra. Marilza Pavezi

DELMIRO GOUVEIA- AL

2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza – CRB-4/2209

M386r Martins, Fernanda Dalvina
Relação família e escola no processo de uma educação inclusiva / Fernanda Dalvina Martins. – 2024.
61 f. : il.

Orientação: Marilza Pavezi.
Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas.
Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2024.

1. Educação especial. 2 Educação inclusiva. 3. Inclusão escolar.
4. Família e Escola. I. Pavezi, Marilza, orient. II. Título.

CDU: 376

FOLHA DE APROVAÇÃO

FERNANDA DALVINA MARTINS

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa Dra Marilza Pavezi
Aprovada em 05 de novembro de 2024.

Banca examinadora:

Orientadora

Documento assinado digitalmente
 **MARILZA PAVEZI**
Data: 22/11/2024 17:08:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marilza Pavezi (Orientadora)
Universidade Federal De Alagoas-UFAL/ Campus Sertão

1º Examinador/a

Documento assinado digitalmente
 **ANA CRISTINA CONCEICAO SANTOS**
Data: 08/11/2024 17:52:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Cristina Conceição Santos
Universidade Federal De Alagoas-UFAL/ Campus Sertão

2º Examinador/a

Documento assinado digitalmente
 **MAYARA TELES VIVEIROS DE LIRA**
Data: 07/11/2024 13:31:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Mayara Teles Viveiros de Lira
Membro externo

AGRADECIMENTOS

Dedico essas palavras a todos que me auxiliaram durante o momento de construção desta pesquisa na jornada acadêmica:

Agradeço, primeiramente, a Deus por todas as bênçãos e oportunidades que Ele me deu e por colocar pessoas tão especiais em minha vida.

A meu pai e minha mãe, Fábio e Marleide, agradeço por terem me ensinado os princípios e valores da vida me proporcionando as condições necessárias para que eu alcançasse momento tão importante da minha vida.

A meu irmão, Flávio, agradeço por sempre estar ao meu lado, me oferecendo apoio emocional e sempre acreditando em mim.

Às minhas amigas de curso, Barbara Pereira, Ivia Grazielle, Luangela Lima, Naiza Lima, Paola Quixabeira, Paula Jaine e Raiane Melo, agradeço por todo o companheirismo e por deixarem essa jornada mais leve e divertida.

Agradeço imensamente à minha orientadora, Profa. Dra. Marilza Pavezi, por toda paciência e orientação durante o desenvolvimento deste trabalho. Todas as suas contribuições foram fundamentais para a construção da minha pesquisa.

Agradeço à Profa. Dra. Mayara Teles e à Profa. Dra. Ana Cristina por aceitarem o convite para compor a banca examinadora deste trabalho. Suas sugestões foram fundamentais para o aprimoramento dessa pesquisa.

À Universidade Federal de Alagoas- Campus Sertão por proporcionar um ambiente propício para pesquisa e aprendizado.

Ao corpo docente do curso de Pedagogia da UFAL, agradeço por contribuírem para a minha formação profissional.

A todos que participaram dessa jornada, meu mais sincero obrigada!

RESUMO

A relação família e escola é uma das formas de auxiliar a efetivação de uma educação inclusiva para os alunos com especificidades sejam físicas ou cognitivas. Essa pesquisa, de abordagem qualitativa, tem como objetivo: analisar a importância da relação entre a família e a escola na educação inclusiva e de qualidade, identificando os benefícios da educação inclusiva e da parceria entre a família e a escola, compreendendo os principais desafios enfrentados pela escola e a família para garantir a educação inclusiva e explorando e analisando pesquisas acerca do tema: “Relação Entre Família e Escola No Processo De Uma Educação Inclusiva”. Tendo como metodologia para a realização da pesquisa o aporte teórico e o estado do conhecimento. O levantamento de dados para o estado do conhecimento foi feito no Banco de Teses e Dissertações (CAPES) e foram encontrados, entre teses e dissertações, 31 trabalhos. Dessa forma, essa pesquisa conclui que a efetivação da educação inclusiva se dará a partir do momento em que exista uma parceria entre a família e a escola, oferecendo assim um suporte para o aluno, focando em sua individualidade. Sendo possível assim que a escola, em parceria com a família, construa um ambiente acolhedor e inclusivo e, principalmente, uma educação de qualidade para os alunos com deficiências.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Família; Escola; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The relationship between family and school is one of the ways to achieve inclusive education for students with specific physical or cognitive needs. This qualitative research aims to analyze the importance of the relationship between family and school in inclusive and quality education, to identify the benefits of inclusive education and the partnership between family and school, to understand the main challenges faced by the school and the family to ensure inclusive education, and to explore and analyze research on the subject: "Relationship between family and school in the process of inclusive education". The methodology used to carry out the research was the theoretical framework and the state of knowledge. The data for the state of knowledge was collected from the Banco de Teses e Dissertações (CAPES) and 31 theses and dissertations were found. Therefore, this research concludes that inclusive education becomes effective when there is a partnership between the family and the school, thus offering support to the student, focusing on their individuality. It becomes possible for the school, in partnership with the family, to create a welcoming and inclusive environment and, above all, a quality education for students with disabilities.

Keywords: Inclusive education; Family; School; School inclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Textos publicados durante os anos de 2016 a 2023.....	35
Tabela 2 – Área de Programas das Pesquisas Publicadas	35
Tabela 3 – Autores separados por categorias.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
1.1. Objetivo geral.....	11
1.2. Objetivo específico.....	11
1.3. Metodologia.....	12
2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS.....	14
2.1. Marcos legais da educação inclusiva.....	18
2.2. Papel da escola na efetivação da educação inclusiva.....	21
3. FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA FUNDAMENTAL PARA A INCLUSÃO.....	27
4. ESTADO DO CONHECIMENTO: RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	34
4.1. Caracterização dos textos.....	35
4.2. Relação família-escola no contexto da inclusão – perspectiva da família/escola.....	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
APÊNDICE A	58

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a relação entre a família e escola para a educação inclusiva contém diversas particularidades e desafios. Primeiramente, cabe deixar claro que a educação inclusiva é assegurada por leis e normativas, que buscam trazer a conscientização da população e garantir a educação plena para as pessoas com especificidades sejam físicas ou cognitivas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, traz metas e estratégias para melhorar ainda mais a educação do Brasil para um período de 10 (dez) anos. Dentro dessas estratégias são apresentadas algumas no que diz respeito a educação inclusiva como a universalização da educação para todos os alunos seja qual for sua especificidade ou dificuldade.

Art. 8 § 1º Os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: [...] III - garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades; (Brasil, 2001)

Dessa forma, é possível perceber a importância da inclusão dessas pessoas na rede regular de ensino. Além do PNE, diversas são as outras legislações que buscam trazer a visibilidade necessária para essa questão. Porém, a implementação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta diversos obstáculos, como a falta de recursos, a não formação de profissionais adaptados para atender esses alunos, entre outros.

Diante isso, a família desempenha um importante papel no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com especificidades. Muitas são as famílias que buscam uma educação inclusiva efetiva para os seus filhos com necessidades especiais procurando escolas que garantam um atendimento adequado e um ambiente estruturado e acolhedor.

No entanto, os âmbitos família e escola possuem alguns obstáculos no que diz respeito ao processo de inclusão escolar e na sociedade dos alunos com especificidades físicas ou cognitivas. Santos (2020) afirma que “Parece fácil incluir, mas não é, estamos falando de interação, de participação de recursos que permita que cada aluno com alguma necessidade se sinta igual ao realizar com êxito uma tarefa na sala de aula.” (Santos, 2020, p. 8).

Dessa forma, a falta de apoio por ambas as partes, a falta de comunicação, falta de estrutura adequada do ambiente escolar e a falta de interesse dos pais pela vida escolar de seus filhos podem prejudicar de uma forma ou outra o desenvolvimento pleno desses alunos.

Diante disso, é incontestável a importância da parceria entre a escola e a família para a educação inclusiva e como essa tem relevância no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com especificidades. Por esse motivo e por questões observadas durante o Estágio Supervisionado II – Educação Infantil surgiu o interesse pela temática, iniciando assim a pesquisa para analisar a relação família e a escola na educação inclusiva.

No levantamento bibliográfico, foram consultados autores como Siqueira (2019), Frias e Menezes (2018), Arruda e Almeida (2014), Tavares e Nogueira (2013), Oliveira e Marinho-Araújo (2010), Silva (2022), Mantoan (2003), entre outros autores para fundamentar essa pesquisa.

Nessa perspectiva, a justificativa deste tema deu-se a partir de uma inquietação em compreender a importância da família e da escola e da sua parceria nesse processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular e como a relação entre a família e a escola pode trazer benefícios para o desenvolvimento integral do aluno. Dessa forma, essa pesquisa também pretende apresentar pesquisas acerca da temática no tópico Estado do Conhecimento. Diante disso, esse estudo visa alcançar os objetivos:

1.1 Objetivo Geral

- ✓ Analisar a importância da relação entre a família e a escola na educação inclusiva.

1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Identificar os benefícios da educação inclusiva e da parceria entre a família e a escola;
- ✓ Compreender os principais desafios enfrentados pela escola e a família em relação a educação inclusiva;
- ✓ Explorar e analisar pesquisas acerca do tema: “Relação Entre Família e Escola No Processo De Uma Educação Inclusiva” no tópico Estado Do Conhecimento.

1.3 Metodologia

Para se realizar uma boa pesquisa a escolha da metodologia é de grande importância. Pode-se entender por metodologia o caminho ou os métodos que serão utilizados para se conseguir respostas para determinados problemas, ou em outras palavras a metodologia são as ações tomadas para buscar um resultado para uma problemática. Minayo (2001) nos explica que se entende por metodologia o caminho do pensamento e a prática utilizada na abordagem da realidade. Dessa forma, a metodologia ocupa um espaço central no dentro das teorias e está sempre referida a ela.

Essa pesquisa é de abordagem qualitativa, por ser a mais apropriada para o tema que está sendo discutido. Com esse método é possível apresentar as realidades sociais, resultado da proximidade e maior controle das informações a serem coletadas. Conforme explicam os estudos de Moraes (2002),

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão. (Moraes, 2002, p. 191)

Dessa maneira, uma das principais particularidades da pesquisa qualitativa é justamente um pesquisador participativo e que tenha a habilidade de interpretar e refletir a realidade social vivida pelo grupo de pessoas que está sendo estudado. Ao analisar efetivamente acerca das temáticas, o autor adquire uma compreensão profunda das complexidades do que está sendo pesquisando. Diante isso, as experiências práticas conseguidas no Estágio Supervisionado II possibilitaram uma análise qualitativa.

O Estágio Supervisionado II foi realizado na Escola Casa da Criança 05, a mesma está localizada na cidade de Paulo Afonso, Bahia. Trata-se de uma instituição de ensino pertencente à rede municipal, mantida e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria Municipal de Educação. Oferta as modalidades de ensino: Educação Infantil, Períodos I e II e Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano.

A pesquisa está fundamentada na revisão bibliográfica que é de grande importância para uma melhor compreensão acerca da temática. Entende-se por revisão bibliográfica o momento do estudo em que pesquisador fundamenta suas ideias com o que outros autores/pensadores escreveram sobre o assunto, buscando

em livros e em outros artigos. Gil (2002, p.44) nos diz que pesquisa bibliográfica é aquela que se desenvolve baseada em materiais já estruturados, principalmente artigos científicos e livros.

Para fundamentar ainda mais o aporte teórico foi feito à pesquisa e análise de outras pesquisas em relação a temática, essa estrutura será apresentada no Estado do Conhecimento. Entende-se por Estado do Conhecimento,

[...] O EC é um tipo de pesquisa bibliográfica, baseada, principalmente, em teses, dissertações e artigos científicos, pois neste rol de pesquisas é possível conhecer que está sendo pesquisado em nível de pós-graduação *stricto sensu* de determinada área, sobre determinado tema. (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p. 125)

Diante disso, a finalidade de utilizar o Estado de Conhecimento como forma de aprofundar as análises sobre o tema é justamente ter uma noção de como a temática está sendo pesquisada e quais são as conclusões dos autores em relação a mesma.

Por fim, essa pesquisa está dividida da seguinte forma: 1. Essa introdução; 2. A segunda seção que traz uma análise do percurso da educação inclusiva e as percepções de alguns autores acerca dessa temática, dividindo-se também em duas subseções que trazem um resumo dos marcos legais importantes para a educação inclusiva e que abordam o papel da escola e como a mesma pode auxiliar na efetivação de uma educação mais inclusiva; 3. A terceira seção que busca analisar a relação entre a família e a escola, seus benefícios e desafios; 4. Nessa seção apresentamos o “Estado Do Conhecimento: Relação Entre Família e Escola No Processo De Uma Educação Inclusiva”, uma subseção onde as análises sobre as teses e dissertações que estão categorizadas, além de uma subseção onde aprofundamos a análise da categoria “Relação Família e a Escola”; 5. Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca do tema, onde conclui-se a importância da parceria entre a família e a escola para a educação inclusiva.

2. EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALGUNS APONTAMENTOS

A Educação Inclusiva vem enfrentando e superando diversos obstáculos para chegar onde se encontra hoje, obstáculos que foram desde o preconceito de pessoas de fora da comunidade escolar e de pais de alunos que não possuíam nenhuma particularidade até mesmo a formação de professores e a estrutura do ambiente escolar. E é sobre esse percurso que iremos tratar nesse tópico.

A educação inclusiva é uma forma de assegurar a igualdade de oportunidades e a participação de todos os estudantes, conhecendo e respeitando as singularidades de cada indivíduo, garantido seu direito a uma educação de qualidade. É indiscutível que todos os seres humanos têm a capacidade de aprender; mesmo com cada particularidade e com realidades diferentes. Conforme Arruda e Almeida (2014, p.6),

Do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, incorporando as diferenças no contexto da escola, o que exige a transformação de seu cotidiano e, certamente, o surgimento de “novas formas de organização escolar, audaciosas e comprometidas com uma nova forma de pensar e fazer educação”. (Arruda; Almeida, 2014, p.6)

A educação inclusiva é alicerçada por políticas do Estado, dessa forma ao discutir sobre uma educação inclusiva é preciso levar em consideração todos os seus antecedentes, não apenas teorias de pensadores, mas também aos documentos que fundamentam essa prática educativa.

Ao tratar sobre uma educação inclusiva é necessário primeiro entender o longo e desafiador caminho que foi percorrido até chegarmos ao ponto em que estamos hoje. A educação inclusiva não surgiu da noite para o dia, mas é o resultado de anos de luta e esforço contínuo. Nem sempre a inclusão de pessoas com alguma especificidade na educação foi vista com bons olhos ou foi discutida apropriadamente.

Cardoso (2004, p. 15) destaca que os registros históricos provam que há muito tempo ocorre essa resistência para aceitar socialmente essas pessoas e que esses arquivos históricos mostram como as suas vidas eram constantemente colocadas em perigo.

Desde o princípio, as pessoas com alguma especificidade eram vistas de forma negativa. Sempre existindo algum tipo de oposição quanto a essas pessoas e empecilhos para uma educação digna e de qualidade para as mesmas.

Ao longo da Idade Média, nos países europeus, os ditos deficientes eram associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram então perseguidos e mortos, pois faziam parte de uma mesma categoria, a dos excluídos. (Cardoso, 2004, p.16)

Stainback e Stainback (1999) trazem um percurso histórico da educação inclusiva nos Estados Unidos, demonstrando os passos que foram dados para chegar onde se encontra agora. Durante todo o percurso é possível observar que de alguma forma sempre eram colocados obstáculos para que não fosse possível uma educação mais inclusiva.

De acordo com os autores Stainback e Stainback (1999, p. 36), no final da década de 1700, um médico chamado Benjamin Rush foi um dos primeiros a sugerir uma educação para as pessoas com deficiência. Porém, somente em 1817, Thomas Gallaudet instituiu em Connecticut um dos primeiros programas especiais educacionais, esse programa foi introduzido no American Asylum for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb (Asilo Norte-Americano de Educação e Instrução de Surdos e mudos). Além desse asilo, várias outras instituições foram sendo criadas ao longo dos anos. Stainback e Stainback (1999) ainda relatam que, na virada do século XX, entre os anos 1900 e 1930 foi propagada a ideia de que as pessoas com deficiência tinham tendência ao crime e eram uma grave ameaça aos demais.

Nos anos de 1950 e 1960, os pais de alunos com algum tipo de deficiência fundaram organizações e começaram a buscar medidas legais que garantissem a educação de seus filhos. Esse movimento dos familiares juntamente com a vontade de muitos educadores e da sociedade em geral foi o que alavancou a inclusão e originou os currículos baseados na necessidade e capacidade dos alunos, além da expansão de classes especiais nas escolas públicas. No final da década de 1970 e começo da década de 1980, alunos com deficiência foram incluídos as instituições de ensino regular. No final da década de 80, aumentou a atenção em relação ao atendimento de pessoas com deficiências no ensino regular. No ano de 1988, se fortaleceu o debate com relação ao um sistema unificado de educação.

Os autores finalizam destacando que o movimento de inclusão ganhou forças na década de 1990, onde uma realização necessária é a conexão da inclusão com a reestruturação da educação. A reestruturação das escolas é vista como um objetivo pelas principais associações profissionais.

Ao refletir todo esse caminho percorrido, é possível perceber que as pessoas com especificidades eram vistas como alguém sem capacidade ou habilidades por conta de suas condições físicas ou cognitivas. Outro ponto é a forma na qual tentavam ajudar esses alunos, porém segregavam ainda mais essas pessoas. Em vez de ajudá-los, prejudicavam não só os alunos com deficiências, mas também todas as escolas e a sociedade. A concepção de que ao separá-las do ensino regular e as colocarem em classes especiais iria as ajudar, apenas auxiliou na consolidação das ideias exclusivas da época.

O percurso da educação inclusiva no Brasil não foi muito diferente do que os autores Stainback e Stainback (1999) relataram. Bezerra e Antero (2022) trazem,

O movimento de inclusão das pessoas com deficiência é algo recente. Historicamente a existência discriminatória da escola e de toda sociedade limita-se à escolarização de um grupo seletivo e homogêneo de pessoas. Os que não pertenciam a esse grupo ficavam excluídos dessa sociedade. (Bezerra; Antero, 2022, p.2)

Vale destacar que, o percurso que se deu para a educação inclusiva chegar ao que está hoje foi um processo histórico e envolveu não somente o Brasil, mas também a Europa e América. Ainda com decisões e movimentos repletos de preconceito e pela representação de ideais padronizadas por uma sociedade opressora, a educação fundamentou, durante muito tempo, suas atividades em práticas excludentes.

De acordo com os autores Nascimento, Chaves, Costa e Torres (2017) depois de vários anos de exclusão e abandono, as discussões sobre inclusão ganham um resultado no século XIX em 1854 onde ocorre a fundação do Instituto dos Meninos Cegos. O instituto foi criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha como objetivos ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris. O projeto de estabelecer uma escola com esse perfil no Rio de Janeiro foi de José Álvares de Azevedo, jovem cego de nascimento. Hoje o instituto recebe o nome de Instituto Benjamin Constant. Os autores

Nascimento, Chaves, Costa e Torres (2017) continuam explicando que três anos depois foi criado o Instituto dos Surdos e Mudos, hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (1857).

Os autores citados explicam que o perfil dessas instituições, contudo, eram mais voltados para público com deficiências auditivas e visuais seguindo a excluir as deficiências intelectuais. A partir do século XX, inicia uma articulação para uma política voltada a Educação Especial, é nessa época que surgem instituições como a sociedade Pestalozzi do Brasil e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE).

Bonetti (2022) explica que essas duas instituições atendiam a uma demanda da sociedade de forma assistencialista, isentando o Estado em ofertar uma educação pública para todas as crianças, garantindo o acesso e a permanência num estabelecimento de ensino, com uma educação de qualidade. Este processo de exclusão da maior parte da população do Brasil foi tendo modificações lentamente ao longo dos anos. A autora citada ainda enfatiza a necessidade da organização das escolas especiais, que foram institucionalizadas a partir dos movimentos internacionais, dos movimentos de pais que gradualmente tornou possível uma reestruturação das escolas com o intuito de atender a todas as crianças nos estabelecimentos de ensino.

Kassar (2011) apresenta que a educação voltada para as pessoas com especificidade foi estruturada à parte do ensino regular que era oferecida para as partes da população que eram consideradas “normais”. Assim, a educação especial foi construída como um espaço separado do ensino regular.

Essas escolas especiais foram criadas com o mesmo intuito das escolas citadas por Stainback e Stainback (1999), ambientes feitos para receber todos que não eram aceitos socialmente. Esses espaços feitos com o intuito de trazer algum tipo de inclusão, mas que teve um resultado oposto. Ao contrário do que se esperava as escolas especiais auxiliaram mais ainda para o aumento da segregação dos alunos.

Ainda no Brasil, Bezerra e Antero (2022) informam que no ano de 1977 foi desenvolvida a política de Educação Especial, sob a orientação do Ministério da Educação (MEC). E a partir dos anos 80 foi começando a tomar mais espaço, as instituições em principal as voltadas para a área de deficiência mental. Em 1988, ainda de acordo com as autoras, a Constituição Federal de 1988 apresentou

mudanças significativas para a educação inclusiva na perspectiva da educação especial.

Tanto nos Estados Unidos como no Brasil, o percurso para assegurar uma educação inclusiva de qualidade foi longo. Pesquisar sobre o percurso da educação inclusiva é extremamente importante, uma vez que pode auxiliar na formação de políticas e documentos que buscam promover uma educação cada vez melhor, uma vez que, analisando as atitudes tomadas pelas pessoas no passado pode servir de exemplo para o que se deve ou não ser feito.

2.1 Marcos legais da educação inclusiva

Ao longo dos anos diversas leis e políticas foram implementadas com o objetivo de garantir a inclusão de pessoas nas redes regulares de ensino. A educação inclusiva hoje, é assegurada por legislações e por documentos normativos que buscam promover um ensino de qualidade para todos, independente de suas particularidades e/ou dificuldades.

Conforme destacam Sobrinho e Naujorks (2001, p.10) os resultados alcançados nas pesquisas em Educação Especial ajudam na elaboração de documento, podem direcionar decisões políticas e diretrizes como, por exemplo, a Declaração de Santiago (1993), a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Declaração de Cuenca (1981). Além dessas declarações citadas pela autora, existe a Declaração de Salamanca (1994) que foi um grande marco para a educação inclusiva.

Kassar (2011) explica que na década de 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien na Tailândia, e coube ao país, como assinante da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à Educação. A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) apresenta em seu artigo 3,

1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos. Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.
3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo

educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.

4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres; os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais; os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas; os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais. 5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos, 1990)

A Declaração de Salamanca foi elaborada em 1994, na cidade de Salamanca na Espanha e tem por objetivo apresentar diretrizes básicas para a formação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social. Nela se encontra a reafirmação de uma educação igual para todos, onde se é respeitada uma educação para crianças, jovens e adultos com necessidade educacionais especiais. A Declaração apresenta a seguinte concepção,

O direito de cada criança a educação é proclamado na Declaração Universal de Direitos Humanos e foi fortemente reconfirmado pela Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Qualquer pessoa portadora de deficiência tem o direito de expressar seus desejos com relação à sua educação, tanto quanto estes possam ser realizados. Pais possuem o direito inerente de serem consultados sobre a forma de educação mais apropriadas às necessidades, circunstâncias e aspirações de suas crianças. (Declaração De Salamanca. 1994, p.3)

A Declaração de Salamanca tem como princípios que todas as instituições escolares adequem seus projetos pedagógicos às necessidades de todos os alunos ali matriculados, fazendo com que todos sejam inclusos em suas atividades e garantindo assim uma educação de qualidade. Além disso, em uma escola que pretende ser inclusiva é necessário professores que consigam reconhecer os limites e habilidades de seus alunos com necessidades educativas especiais. A Declaração de Salamanca informa que,

45. O Treinamento de professores especiais necessita ser reconsiderado com a intenção de se lhes habilitar a trabalhar em ambientes diferentes e de assumir um papel-chave em programas de educação especial. Uma abordagem não-categorizante que embarque todos os tipos de deficiências deveria ser desenvolvida como núcleo comum e anterior à especialização em uma ou mais

áreas específicas de deficiência. (Declaração De Salamanca, 1994, p.11)

Dessa maneira, ter profissionais que saibam lidar com qualquer tipo de situação e que consigam identificar as potencialidades de seus alunos, apreciar suas produções, escutá-los e ouvi-los é um fator indispensável para auxiliar na independência desses alunos e assim, assegurar que os mesmos tenham uma educação de qualidade. Ter uma instituição que busca trazer metodologias inclusivas auxilia para que exista uma maior participação para dentro da sala de aula, o que favorece uma ótima aprendizagem.

Ao analisar a Declaração de Salamanca é possível ter uma noção do que é se adaptar para a maioria e não somente a minoria, uma vez que nela nota-se que a inclusão impacta na vida de todos que são desfavorecidos de uma boa educação e não apenas das pessoas deficientes e essa situação é algo que necessita ser entendido por todos.

A educação inclusiva no Brasil é um âmbito em constante evolução, regularizado por um conjunto de leis e normativas que buscam garantir o direito de educação igual para todos, independentemente de suas especificidades. Ao passar dos anos, o país tem andado para uma construção de sistema educacional mais equitativo, com foco na inclusão de pessoas com especificidades.

A Constituição Federal de 1988 é um dos documentos que busca assegurar a inclusão, nela é estabelecido os fundamentos da educação inclusiva no Brasil. Em seu artigo 208 inciso III determina que “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;” (Brasil, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), baseando-se na Constituição Federal de 1988, vem assegurar ainda mais a educação inclusiva. Em alguns de seus artigos reafirma o que as redes regulares de ensino devem garantir para os alunos com especificidades. O artigo 59 da LDBEN trata exatamente sobre isso,

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (Brasil, 1996)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Lei de nº 13.146 de 2015 apresenta questões sobre a educação inclusiva de pessoas com deficiências. A mesma é considerada um outro marco legal para a educação inclusiva, ela garante e assegura a participação efetiva de alunos com especificidades na rede regular de ensino.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil, 2015.)

De fato, muitos são os documentos que buscam assegurar uma educação de qualidade para alunos com deficiência, mas o que vemos na realidade nada mais é que uma grande teia de problemas que vão desde a estrutura das escolas que muitas vezes não estão prontas para receber esses alunos até a falta da participação dos familiares desses alunos durante os anos escolares.

2.2 Papel da escola na efetivação da educação inclusiva

Devemos partir do princípio de que a instituição escolar pode ser compreendida por duas particularidades: a de transmissão de conhecimentos,

habilidades e valores entre os docentes e os alunos e a de formar as pessoas com senso crítico para o meio social. A instituição escolar está responsável por fazer com que seus alunos com e sem deficiências tenham um pleno desenvolvimento, buscando a autonomia deste e os fazendo compreender que para se viver em sociedade é necessário compreender e respeitar as particularidades de cada um.

A escola, deve ter como principal função certificar que habilidades e assuntos que são fundamentais para uma vida plena em sociedade, sejam de fato aprendidos por todos, colaborando para a inclusão social, assim como fazer com que os estudantes compreendam toda a realidade local e os auxiliando na participação em relações diversas no âmbito social. Para Mantoan (2003) a partir dessas novas descobertas a escola não deve prosseguir ignorando as diferenças nos processos nos quais forma e instrui os seus alunos.

A escola, no processo de inclusão, assume um papel de garantir a igualdade de alunos e a inserção dos mesmos nas atividades cotidianas da escola. A mesma deve garantir que ocorra um desenvolvimento integral dos alunos, tenham especificidades ou não, garantindo assim uma educação de qualidade para todos. Um dos pontos que a escola deve garantir que seja cumprido é a socialização de alunos com deficiência sejam físicas ou cognitivas, uma vez que é indispensável para a formação intelectual e social desses alunos. Frias e Menezes (2018) discute que,

A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir. (Frias; Menezes, 2018, p.10)

Uma instituição escolar inclusiva além de buscar promover tudo isso, deve conter profissionais que sejam capacitados para lidar com as situações mais diversas e que façam uso de metodologias que não sejam dominantes. É necessários que os profissionais adaptem suas práticas educativas de acordo com a necessidade dos alunos. Silva (2022) explica que “Uma escola não se torna inclusiva por se autodeclarar assim. É necessário todo um processo de mudanças, formações e adaptações para atender com qualidade a todos.” (Silva, 2022, p.31). E

é justamente nesses processos de mudanças que se encontram os desafios de uma educação inclusiva.

A escola como um todo deve promover um espaço acolhedor para os alunos ali inseridos, uma vez que se o aluno que necessita de um apoio acabar enfrentando situações que, por algum motivo, atrapalhe sua interação com o restante da turma não está apenas desrespeitando a dignidade daquele aluno mas também infringindo os seus direitos.

Muitos são os que acham que a inclusão se dá apenas com a inserção do aluno no ambiente regular de ensino e com a proposta de algumas atividades, porém não é assim que acontece. Existem diversos fatores para se conseguir uma real inclusão desses alunos e para atingir essa meta é preciso que todo o corpo escolar trabalhe em conjunto.

É necessário também que a estrutura da escola seja adaptada para receber esses alunos, os espaços devem ser acessíveis e inclusivos para todos os inseridos no ambiente escolar. Tentar fazer com que o ambiente seja o mais acolhedor possível, pode contribuir para que aquele aluno que já tem que superar diversos desafios se sinta incluso e importante dentro do ambiente escolar. Frias e Menezes (2018) ainda explicam que inserir alunos com necessidades educacionais especiais em uma escola regular implica em uma versatilidade do currículo escolar, com mudanças nas maneiras de ensinar, além de ser necessário desenvolver atividades em grupo na sala de aula e ter uma estrutura adequada que facilite a movimentação de todos.

Na escola se tem a função de garantir que todas as habilidades que são indispensáveis para uma vida em sociedade sejam aprendidas e aperfeiçoadas, colaborando para a integração social, assim como fazer com que os estudantes compreendam toda a realidade local e os auxiliando na participação em relações diversas no âmbito social.

A inclusão de alunos de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular tem sido um dos pontos de discussão no âmbito educacional. Tais discussões visam refletir acerca das demandas de um alunado que apresenta especificidades e que possui direitos ao acesso e permanência na escola, e a um ensino de qualidade. (Campos, 2014, p. 17)

Cada vez mais é necessário que ocorram debates que quebrem com paradigmas que perduram há muito tempo dentro da área da educação, os alunos

com deficiências devem fazer parte das escolas regulares. As escolas atuam na inclusão dos alunos no dia a dia, assim garantindo que eles possam passar pelo processo de aprendizagem e de socialização junto com os demais alunos da sala de aula.

Os gestores e docentes tem funções dentro da escola que são importantes para a inclusão de seus alunos. Os professores devem construir o processo pedagógico, tendo foco nas diferenças, capacidades e dificuldades de cada aluno. Esse processo deve caminhar em conjunto com o desenvolvimento do aluno, ajudando-os assim a superar as dificuldades e conseguir desenvolver as suas habilidades.

O professor é uma das partes centrais para o processo de inclusão, ele é o responsável por mediar o conteúdo com o aluno e os familiares, sempre adaptando suas atividades e os recursos para atender as necessidades de cada um. Para isso é fundamental a formação continuada de professores que ao obtê-la podem ter uma maior capacidade de atender os alunos de uma forma mais atenta e atenciosa, além de aperfeiçoarem as competências necessárias para serem capazes de lidar com as diversidades presentes na instituição escolar.

Já os gestores devem caminhar junto com os professores nas atividades que serão desenvolvidas; sempre auxiliando e observando o que mais pode ser feito pela escola para melhorar cada vez mais o ensino desses alunos. Os coordenadores pedagógicos são fundamentais nesse processo uma vez que os mesmos podem ter um olhar mais aguçado para resolver situações e para construir cenários mais inclusivos. Cavalcanti (2014) informa que,

O desenvolvimento de alunos com necessidades especiais ocorre mediante alternativas distintas visualizadas pelos gestores e educadores escolares, que distinguem a importância de desenvolver a aprendizagem adaptando seus conhecimentos em suas ações educacionais, para que assim, os conhecimentos desses alunos se tornem idênticos e com o mesmo grau dos outros alunos. (Cavalcanti, 2014, p. 1017)

A escola como um todo precisa estar envolvida no processo de inclusão de alunos com especificidades, precisam promover uma inclusão que realmente esteja alicerçada na igualdade social e do respeito às diferenças. É necessário que todos estejam envolvidos e tenham consciência da importância que a inclusão traz para a vida dessas pessoas e que busquem ter uma participação ativa desse processo.

A Constituição Federal de 1988 discute os direitos às pessoas com especificidade no Brasil, dentre eles a igualdade no acesso à escola. Dessa maneira, alunos com necessidades especiais devem sim, estar inseridos no ensino regular. E isso é algo que deve ser compreendido e garantido por todos.

É indiscutível que todos os seres humanos tem a capacidade de aprender; mesmo com cada particularidade e com realidades diferentes. Apesar das recentes discussões sobre a inclusão total de alunos com especificidades físicas ou cognitivas, já existiam algumas resoluções que buscavam estabelecer esse direito. Como é o caso da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 que afirma,

Art. 8º As escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização de suas classes comuns:

I - Professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais dos alunos;

II - Distribuição dos alunos com necessidades educacionais especiais pelas várias classes do ano escolar em que forem classificados, de modo que essas classes comuns se beneficiem das diferenças e ampliem positivamente as experiências de todos os alunos, dentro do princípio de educar para a diversidade;

III – flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, respeitada a frequência obrigatória;

IV – Serviços de apoio pedagógico especializado, realizado, nas classes comuns, mediante:

a) atuação colaborativa de professor especializado em educação especial;

b) atuação de professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis;

c) atuação de professores e outros profissionais itinerantes intra e interinstitucionalmente;

d) disponibilização de outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação.

V – Serviços de apoio pedagógico especializado em salas de recursos, nas quais o professor especializado em educação especial realize a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos;

VI – Condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa;

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na

escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade;

VIII – temporalidade flexível do ano letivo, para atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência mental ou com graves deficiências múltiplas, de forma que possam concluir em 3 tempo maior o currículo previsto para a série/etapa escolar, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, conforme estabelecido por normas dos sistemas de ensino, procurando-se evitar grande defasagem idade/série;

IX – Atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino, inclusive para conclusão, em menor tempo, da série ou etapa escolar, nos termos do Artigo 24, V, “c”, da Lei 9.394/96. (Brasil, 2001)

Dessa forma, esse processo inclusivo vai além de “jogar” uma pessoa com necessidades educativas especiais na rede regular de ensino; é uma ação que implica em aumentar e estimular a participação de todos os envolvidos, os permitindo alcançar a todas as possibilidades disponíveis pela comunidade. Para incluí-los na sociedade, é preciso toda uma preparação para se viver com os diferentes tipos de pessoas de forma harmônica, sempre procurando a uma vida de qualidade para todos os membros da sociedade.

Essas discussões podem evitar concepções como aquelas apresentadas por Stainback e Stainback (1999), como a questão das classes especiais que ao invés de incluir fazia segregar ainda mais os alunos. Ter uma classe para os alunos com deficiências e outra para os alunos sem deficiências não é uma forma de trazer a inclusão para o ambiente escolar. Muito pelo contrário, é um motivo para pessoas que não concordam com inclusão continuarem com a ideia de que esses alunos não devem estar inseridos no convívio social com aqueles que por eles são considerados “normais”.

Em resumo, uma escola realmente inclusiva é aquela que acredita na potencialidade de cada aluno, que valoriza as diversidades e as diferenças e que busca oferecer uma educação de qualidade para todos sem qualquer distinção. Dessa forma, a escola ao fazer isso estará contribuindo significativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva, garantindo assim que todos tenham a oportunidade de se desenvolver de forma justa e equitativa.

3. FAMÍLIA E ESCOLA: UMA PARCERIA FUNDAMENTAL PARA A INCLUSÃO

A família e a escola, fazem parte das duas entidades fundamentais para as ações de desenvolvimentos dos indivíduos ali inseridos, agindo como alavancas para o seu crescimento emocional, intelectual, enfim o desenvolvimento integral do ser humano. A parceria entre a família e a escola é uma base fundamental para a educação inclusiva. Essas duas instituições são grandes operárias na vida de uma pessoa, tenha ela especificidade ou não.

O trabalho realizado com as famílias de pessoas com deficiência necessita certo cuidado, pois tanto pode estabelecer uma fonte de apoio e compreensão quanto afastá-las da escola, especialmente quando o tratamento recebido não for o adequado. (Siqueira, 2019, p.55)

A princípio é importante entender o real conceito de família. É no âmbito familiar, que é desenvolvido o processo de comunicação, proteção e o amadurecimento dos indivíduos nos campos afetivos, cognitivos e sociais. Dentro da família, é possível perceber o seu papel significativo de influência nas vidas de seus membros, acima de tudo nas crianças, que compreendem as diferentes formas de existência, de contemplar o mundo e formar suas relações sociais.

É na família que as aflições, conquistas e metas iniciais aparecem; é também onde acontece os progressos das primeiras capacidades e os primeiros aprendizados, além de que os indivíduos devem ser ensinados a respeitar as particularidades de todos, bem como conviver plenamente sem os preconceitos que são apresentados pela sociedade.

Por esse viés, pode ser afirmado que a família possibilita a formação de laços afetivos. Dessa maneira, a família ser presente nos desenvolvimentos dos sujeitos é fundamental, tendo os indivíduos especificidade ou não. Compreendendo isso, a família é indispensável para o sucesso escolar. Aranha (2006), afirma que:

A educação dada pela família fornece “solo” a partir do qual o homem pode agir até para, em última instância, rebelar-se contra os valores recebidos: contra esses valores, mas sempre a partir deles [...], portanto a família é o local privilegiado para o desenvolvimento humano. (Aranha, 2006, p. 61)

Para que essa transferência de valores aconteça, é necessário um ambiente familiar saudável e amoroso, que contribua, de fato, positivamente na vida do

indivíduo, quanto ao desenvolvimento, pois quando um lar está mal estruturado, tende a favorecer para o mal desempenho, tanto psíquico quanto social, da criança.

A família é um dos pontos mais importantes para se conseguir uma real inclusão nas escolas, uma vez que elas são a corrente que liga as instituições escolares com os alunos. De acordo com a Constituição Federal de 1988,

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988)

São diversos os casos em que os familiares necessitam entender a própria função no desenvolvimento de crianças/adolescentes com deficiência. Familiares devem ser estimulados a participar na construção do melhor percurso para o futuro de seus filhos, auxiliando na participação do processo escolar e proporcionando uma maior interação e inclusão. É possível ver uma evolução superior dos alunos, quando estes são incentivados pela família.

Compreende-se que o processo de inclusão é complexo e necessita de muita atenção e colaboração de todos os envolvidos. Dentre esses envolvidos a família tem uma função fundamental quando atuando em conjunto com a escola. A família pode servir como uma ponte entre o indivíduo e a escola, é por meio dela que os alunos podem encontrar apoio e auxílio para concluir seus aprendizados e superar os desafios encontrados na sociedade.

A sua participação na vida escolar do filho com especificidades é muito mais do que acompanhar as atividades escolares, esse processo consiste no desenvolvimento de uma relação de confiança entre a escola e os familiares, ter uma boa base de informações sobre o desempenho dos alunos e ter uma participação nas decisões que irão impactar na vida de seus filhos.

Muitas leis dedicam espaços para falarem sobre os direitos e deveres da família para com a escolaridade de seus filhos. Barbosa (2011) deixa claro que,

O dever da família com o processo de escolaridade e a importância de sua presença no contexto escolar é publicamente conhecido na legislação nacional e nas diretrizes do Ministério da Educação aprovadas no decorrer dos anos 90, tais como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela lei nº 8069/90, que aponta para os deveres da família e os direitos das crianças; Política Nacional de Educação Especial, que adota como uma de suas diretrizes gerais: adotar mecanismos que oportunizem a participação efetiva da família no desenvolvimento global do aluno, entre seus objetivos

específicos, temos o envolvimento familiar e da comunidade no processo de desenvolvimento da personalidade do educando, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, instituído pela Lei nº 9394/96, que atenta para importância família, nos artigos 6 e 123, Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 10172/2001, que define como uma de suas diretrizes a implantação de conselhos escolares outras formas de participação da comunidade escolar (composta também pela família) e local na melhoria do funcionamento das instituições de educação e no enriquecimento das oportunidades educativas e dos

Recursos pedagógicos Recentemente, o Ministério da Educação instituiu a data de 24/04 como o Dia Nacional da Família na Escola. Nesta data, todas as escolas devem convidar os familiares dos alunos para participarem das atividades educativas. (Barbosa, 2011, p. 17)

Como Barbosa (2011) deixa explícito a família tem o dever de acompanhar e garantir a sua presença no desempenho de seus filhos. A participação da família é tão importante que foi criado o Dia Nacional da Família na Escola que tem o objetivo concretizar a interação dos familiares dos alunos e a escola.

Porém, existem algumas questões que dificultam e impedem a família de alunos com especificidades de ter uma participação na vida desses alunos. Ao nascer alguém com especificidades pode vir a ter impactos sobre a formação familiar, uma vez que por não estar preparado para encarar esta situação podem encarar com negatividade esse fato, adicionando isso ao fato de que muitas famílias se preocupam com a questão do preconceito que os filhos podem sofrer tanto de pessoas desconhecidas quanto por pessoas de dentro do próprio âmbito familiar.

Um outro desafio é a negação que os mesmos podem ter sobre a especificidade física ou as questões cognitivas que seus filhos possuem, o que atrasa todo o desenvolvimento escolar e social dessa pessoa uma vez que sem uma confirmação (laudo) não será possível utilizar dos benefícios que são garantidos para uma educação inclusiva.

Para Mantoan (2003, p.15) também existe a questão dos pais de filhos que não tem deficiência, que dificultam a inclusão por pensarem que a escola pode diminuir a qualidade de ensino caso resolvam aceitar esses alunos. Dessa forma, outro desafio é que os pais de alunos sem especificidades podem acabar criando situações desconfortáveis para com os outros, levando a uma certa vergonha dos pais atípicos de admitirem as especificidades de seus filhos.

Esse tipo de situação que Mantoan retrata é um dos motivos que de exclusão dos alunos em sala de aula, até mesmo por outros alunos. Familiares dos alunos que não possuem alguma especificidade podem e devem auxiliar na inclusão dos alunos, seja conversando com seus filhos para que eles ajudem os colegas em sala de aula ou até mesmo conversando e participando com os pais/responsáveis atípicos no processo de inclusão.

Se a inclusão vem sendo apontada como um caminho sem volta para sociedade, a relação família-escola por sua vez é reconhecida como aspecto fundamental para o processo de inclusão na escola. Isso se dá porque tal relação é um fator de influência preponderante, pois os agentes educacionais (família e escola) têm em comum os objetivos do desenvolvimento social e cognitivo de qualquer indivíduo, sobretudo aquele com desenvolvimento atípico. (Silva, 2022, p. 14)

Diante isso, se tem a certeza que ambas as instituições tem seus papéis na formação integral do ser humano, dessa forma nesse tópico serão apresentadas como estas podem auxiliar uma à outra no processo de uma educação mais inclusiva e principalmente, como a família se torna uma grande colaboradora nesse processo. Tendo conhecimento que a relação entre escola e família pode tanto colaborar quanto acarretar prejuízo no desempenho escolar, pode-se afirmar ambos têm sua importância no processo de uma educação inclusiva.

A família é o primeiro lugar de aprendizado, onde o indivíduo adquire suas primeiras habilidades e experiências. Ao interagir com a família, as atitudes e valores transmitidos pelos pais exercem uma influência no desenvolvimento da criança. E é nesse contexto que a escola entra e complementa as experiências proporcionando um ambiente de aquisição de novos conhecimentos.

A divergência entre escola e família está na tarefa de ensinar, sendo que a primeira tem a função de favorecer a aprendizagem dos conhecimentos construídos socialmente em determinado momento histórico, de ampliar as possibilidades de convivência social e, ainda, de legitimar uma ordem social, enquanto a segunda tem a tarefa de promover a socialização das crianças, incluindo o aprendizado de padrões comportamentais, atitudes e valores aceitos pela sociedade. (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010, p. 10)

Dessa forma, a parceria entre esses dois âmbitos pode promover um sentimento de pertencimento e valorização daquele indivíduo o que, definitivamente, acarreta tanto a sua independência quanto a sua autonomia serem desenvolvidas.

Ao sentir que tem o apoio da família e da escola o aluno tem a segurança necessária para superar os desafios do aprendizado.

Outra questão importante é que com a existência da comunicação entre a família e a escola é possível identificar as dificuldades de aprendizado dos alunos e em conjunto tomar as decisões para auxiliar o aluno. Para garantir a inclusão efetiva dos alunos com especificidades é preciso uma comunicação clara e transparente desses dois ambientes.

Ao se compartilhar informações sobre o desenvolvimento, crescimentos e dificuldades do aluno, ambas família e escola podem verificar ações e medidas a serem tomadas e assim criar um ambiente de aprendizagem efetiva. Essa cooperação também pode auxiliar a escola a melhorar seus métodos e conseguir recursos para melhorar e atender as necessidades específicas dos alunos, enquanto a família pode oferecer suporte.

Os pais devem criar estratégias para serem mediadores desse processo. Finalizando o pensamento de tais teóricos, é importante o envolvimento dos pais no projeto político da escola, por meio dos quais os mesmos irão refletir junto à equipe gestora a tomada de decisão quanto às metas e aos projetos da escola. Portanto, os pais devem participar do processo de decisões da escola, voluntariamente ou de acordo com sua disponibilidade. (Tavares; Nogueira, 2013, p. 8)

Também é possível a elaboração de um plano mais específico em que se é considerado as habilidades já obtidas, os interesses e os ritmos de aprendizado do aluno com deficiência. Esse plano de ensino personalizado garante que o aluno com alguma deficiência seja motivado a alcançar e desenvolver seu potencial.

Outro fator importante é o suporte emocional que a família e a escola pode trazer para o aluno. Fazer com que o aluno saiba que pode confiar nesses ambientes auxilia a desenvolver o bem-estar emocional do aluno. Enquanto a família fornece o apoio emocional preciso para o desenvolvimento saudável do aluno, a escola fornece um lugar acolhedor e seguro que deve garantir o aprendizado efetivo dos mesmos.

A parceria entre a família e a escola contribui para a socialização do aluno. Ao ter uma comunicação ambos podem buscar formas de fazer com que o aluno com especificidades interajam com o restante do ambiente e desenvolver habilidades

sociais, o que faz com que o aluno se sinta pertencente ao ambiente escolar e a sociedade.

As ações educativas da família e da escola apresentam funções distintas quantos aos objetivos e conteúdos, porém é inegável afirmar que uma boa relação entre ambas pode favorecer um processo qualitativo de aprendizagem. É necessário que a escola reconheça a importância da colaboração dos pais na história e no desenvolvimento escolar dos alunos, além de, auxiliar as famílias a exercerem o seu papel na educação e na vida profissional de seus filhos. (Tavares; Nogueira, 2013, p. 7)

Apesar de todos esses benefícios também existem desafios a serem enfrentados pela família e a escola para garantir uma inclusão. Por exemplo, muitos pais não tem tempo muito menos interesse de acompanhar o desempenho escolar de seus filhos. Além da dificuldade de comunicação e diferenças de expectativas no que diz respeito a educação e a resistência de alguns profissionais inseridos no ambiente escolar.

Para que este desafio seja superado é necessário o desenvolvimento de pesquisas que invistam no conhecimento da relação família-escola; por esta razão, defende-se a importância de novas investigações que procurem conhecer as práticas que a norteiam e a atuação dos profissionais que nela estão envolvidos, a fim de oportunizar a reflexão e implementação de novas possibilidades de intervenção que promovam mudanças significativas na relação família-escola. (Oliveira; Marinho-Araújo, 2010, p. 9)

Para superar esses desafios é necessário a conscientização dos familiares, profissionais da escola e a sociedade sobre como a comunicação e o auxílio mútuo são essenciais para o processo de inclusão. Tendo a escola e a família buscando sempre trazer as melhores ações e decisões para auxiliar o aluno com especificidades.

Para que realmente exista uma educação inclusiva, a comunicação entre a família e a escola pode e deve ser melhorada através de reuniões com pais regulamente fora aquelas reuniões bimestrais que buscam tratar sobre as notas e comportamentos dos alunos de forma geral, buscar trazer os pais para participar das atividades escolares através de bilhetes, conversas pelo WhatsApp, e-mails ou até mesmo pelas redes digitais. Conseguindo assim ambas as partes podem trocar informações sobre o desenvolvimento do aluno, suas dificuldades. Dessa forma,

permitindo que ambos os ambientes fiquem informados e possam tomar ações em prol do bem-estar do aluno com especificidade.

Dessa forma, a relação entre a família e a escola é necessária para que a inclusão seja eficaz e continua. E também é uma maneira de envolver não só o aluno mas também toda a comunidade escolar, essas mudanças são essenciais para que a escola se torne um local onde todos se sintam pertencentes, valorizados e respeitados.

Por fim, a parceria entre a família e escola é um investimento para um futuro melhor dos alunos com deficiência. Trabalhando em conjunto a escola e a família proporcionam ao aluno com especificidades as oportunidades que eles precisam para desenvolver e mostrar todo o seu potencial e procurar o melhor caminho para um futuro mais promissor. Ter consciência de como a inclusão é importante na vida dessas pessoas contribui na fundação de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todo mundo tem as mesmas oportunidades de crescer.

4. ESTADO DO CONHECIMENTO: RELAÇÃO ENTRE FAMÍLIA E ESCOLA NO PROCESSO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nessa seção busca-se abordar uma categorização dos textos acerca da temática “Relação Família e Escola no Processo de uma Educação Inclusiva”. Para isso, uma análise bibliográfica, realizada por meio do levantamento de teses e dissertações do Portal da CAPES com o seguinte descritor “família e escola inclusão escolar” foi realizada, onde foram encontrados 370 trabalhos. Por pensarmos que seria mais interessante apresentar dados mais recentes sobre a relação entre a família, a escola e a inclusão, filtramos essas pesquisas para os anos de 2016 a 2023 onde restaram 33 trabalhos.

Após analisar os textos, percebemos que dos 33 estudos, apenas dois não tinham uma relação com a temática. Entre eles o texto da autora Silva (2020) intitulado “Comunicação Em Saúde Mental Infanto-juvenil: caderneta de apoio aos serviços de saúde à família e à escola” que pretendeu com sua tese “Avaliar a validade da caderneta de comunicação em saúde mental infanto-juvenil desenvolvida para apoio aos serviços de saúde mental, família e escola” (SILVA, 2020, p. 26).

Além dessa tese, temos a dissertação da autora Melo (2022) intitulada “Inclusão Social e Escolar a Partir da Condicionalidade de Educação do Programa Bolsa Família” que teve como objetivo “analisar a relação entre inclusão social e inclusão escolar, abrangendo as desigualdades sociais e educacionais e o seu enfrentamento.” (MELO, 2022, p. 16). Dessa forma, ambas pesquisas por não terem relação com a temática foram excluídas, restando assim 31 pesquisas.

De acordo com Bardin (1977) “Classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles.” (BARDIN, 1977, p. 118) Dessa forma, as 31 pesquisas restantes foram agrupadas nas seguintes categorias:

- ✓ Relação Família-Escola No Contexto Da Inclusão – Perspectiva Da Família/Escola
- ✓ Estudos Específicos Sobre a Inclusão De Alunos
- ✓ Estudos De Programas/Políticas Para Apoio À Inclusão
- ✓ Estudos Sobre A Inclusão Escolar Em Contextos Específicos

Na próxima seção serão abordadas e organizadas as pesquisas por meio dessas categorias apresentando sua metodologia e conclusões acerca da temática.

4.1 Caracterização dos textos

Aqui serão abordadas as pesquisas que restaram após a refinação dos dados. Lembrando que de 370 pesquisas, apenas 31 serão analisadas profundamente uma vez que optamos por trazer dados mais recentes. As referências desses 31 estudos estão localizados no Apêndice A.

A primeira tabela trata sobre as quantidades de textos publicados durante os anos de 2016-2023. Percebe-se que de 2016 a 2023 são publicadas dissertações e teses acerca do tema, porém não em quantidades significativas. Sendo em 2016 e 2019 os anos em que mais pesquisas foram publicadas.

Tabela 1 – Textos publicados durante os anos de 2016 a 2023

TIPO DE DOCUMENTOS	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	TOTAL
Dissertações	4	4	4	5	1	3	3	3	27
Teses	1	-	-	-	1	1	1	-	4
TOTAL	5	4	4	5	2	4	4	3	31

Fonte: Banco de Dados da CAPES, feito pela autora, 2024

A tabela 2 demonstra a quantidade de trabalhos publicados em cada área de programa. Ao analisar a tabela, nota-se que além da educação a outra área que busca trazer mais informações sobre o tema é psicologia. Porém, isso não quer dizer que os estudos feitos por outras áreas não sejam importantes para a visibilidade da temática, pelo contrário é necessário que outros nichos além da educação, tragam discussões sobre a mesma.

Tabela 2 – Área de Programas das Pesquisas Publicadas

ÁREA	QUANTIDADE
Teologia	1
Psicologia	3
Desenvolvimento e Sociedade	1
Saúde, Interdisciplinaridade e Reabilitação	1
Educação	25
TOTAL	31

Fonte: Banco de Dados da CAPES, feito pela autora, 2024

Após analisar os textos fomos capazes de dividi-los em categorias em comum. Nessa perspectiva, a tabela 3 nos apresenta as categorias, a quantidade de textos por categorias e os autores que foram categorizados abaixo:

Tabela 3 – Autores separados por categorias

CATEGORIAS	QUANTIDADE	AUTORES
Relação Família-Escola No Contexto Da Inclusão – Perspectiva Da Família/Escola	19	Brito (2017); Silva (2022); Rabelo (2021); Garcia (2018); Cruz (2018); Silva (2017); Rodrigues (2021); Reis (2023); Siqueira (2019); Arioza (2017); Ribeiro (2019); Torrens (2018); Soares (2019); Ferreira (2019); Oliveira (2020); Rech (2016); Faria (2022); Souza (2016); Leite (2016)
Estudos Específicos Sobre a Inclusão De Alunos	6	Abreu (2016); Rocha (2023); Monteiro (2019); Carvalho (2017); Baiense (2022); Alencar (2016)
Estudos De Programas/Políticas Para Apoio À Inclusão	4	Lima (2018); Dutra (2022); Bouffleur (2021); Branco (2020)
Estudos Sobre A Inclusão Escolar Em Contextos Específicos	2	Tome (2023); Tonocchi (2021)
TOTAL	31	

Fonte: Banco de Dados da CAPES, feito pela autora, 2024

Tendo isso em mente, agora iremos apresentar as questões relatadas nos textos, tendo foco na metodologia e nas conclusões que cada autor(a) alcançaram ao realizá-las. A categoria intitulada “Relação Família-Escola No Contexto Da Inclusão – Perspectiva Da Família/Escola” será analisada com mais profundidade na seguinte seção, onde será relacionada com as experiências do Estágio Supervisionado em Educação Infantil.

Estudos Específicos Sobre Inclusão De Alunos

Nessa categoria são apresentados trabalhos que tratam sobre a inclusão, porém trazendo as atenções da inclusão para uma única especificidade. Seja do Transtorno Espectro Autista ou a inclusão de alunos surdos, os autores apresentados aqui trazem um olhar para esses pontos.

No que diz respeito aos que tratam sobre TEA, a pesquisa de título “A Inclusão Escolar do Aluno com Transtorno do Espectro Autista: Novos Desafios e Possibilidades” de Monteiro (2019) investigou quais são os recursos empregados pela escola para melhor atender o aluno com TEA, assim como demonstrar a perspectiva das mães sobre os trabalhos realizados pela escola, além de trazer uma contextualização histórica das pesquisas relacionadas ao TEA. Para isso, a metodologia usada pela autora foi de abordagem teórico-bibliográfica e empírica, e na investigação de campo foram realizadas entrevistas com as mães dos alunos que compartilharam as vivências relacionadas à educação inclusiva. O estudo de Monteiro (2019) concluiu ser necessário pesquisar os benefícios do emprego de recursos adaptativos para os alunos com TEA nas instituições, mas que estão reservados para os consultórios de terapia ocupacional e psicopedagogia.

A pesquisa “Inclusão Escolar de uma Estudante com Síndrome de Down: Um Estudo Sobre a Relação Estudante, Família e Escola” conduzida por Rocha (2023) investigou as vivências de uma aluna com Síndrome de Down, sua família e de educadoras em uma instituição escolar. Baseando-se na psicologia histórico-cultural e utilizando uma abordagem de natureza qualitativa, o estudo de Rocha (2023) se desdobrou em diversos artigos que abordam o capacitismo, uma revisão de literaturas sobre os processos inclusivos e uma análise de dados. A pesquisa, em sua totalidade, contribuiu para uma melhor compreensão dos desafios e oportunidades na inclusão de alunos com Síndrome de Down. A autora concluiu com sua pesquisa que diversas aprendizagens sobre a permanência de alunos com deficiência na educação básica já foram conseguidas pela comunidade envolvida. Por fim, Rocha (2023) afirmou que a família, a escola e os alunos podem identificar os caminhos confluentes para o pleno desenvolvimento e a plenitude social das pessoas com deficiências, além de que garantir o espaço para as pessoas com alguma deficiência participarem da construção desse caminho facilitará as revoluções necessárias para a inclusão escolar efetiva.

Em relação a deficiências intelectuais, Baiense (2022) com sua obra intitulada “Diferentes Olhares sobre a Inclusão de Estudantes com Deficiência Intelectual: Família, Professores e Escola” realizou uma pesquisa qualitativa exploratória em uma instituição escolar de Anchieta-ES, e visou compreender as visões de docentes, escola e familiares no processo de inclusão de alunos com deficiências intelectuais. A pesquisa utilizou de instrumentos a entrevista. Os resultados apresentados pela autora mostraram diferenças nas respostas dos participantes. Para Baiense (2022), durante as observações das aulas ficou claro o distanciamento dos professores para com os alunos com deficiência intelectual, deixando a responsabilidade das atividades e assistências desses alunos para os auxiliares da sala. Além, da autora ter constatado que as famílias acreditam que a escola possui falhas, mas que reconhecem o quão essencial a mesma é para o desenvolvimento de seus filhos. Dessa forma, a autora conclui que, a partir do momento que a sociedade percebe ser mais diversa, as pessoas passam a se relacionar com essa diversidade sendo, essencial, que sejam criados ambientes inclusivos para todos os alunos, criando estruturas institucionais que ofereçam espaços acolhedores para todos, independentemente das suas diferenças.

Durante o momento de coparticipação do Estágio Supervisionado II, em uma conversa com a professora em sala, nos foi afirmado que nos mais recentes anos de sua atuação em sala de aula a mesma percebeu que outras professoras costumavam deixar a responsabilidade de “ensinar” os alunos com deficiência para as auxiliares de sala. Além de que, não se preocupavam se aqueles alunos estavam sendo ou não incluídos nas atividades cotidianas, o que fazia com que os auxiliares assumissem essa responsabilidade, os tornando assim babás desses alunos.

No que diz respeito a deficiência auditivas, Abreu (2016) com sua dissertação “O Processo de Inclusão Escolar de Alunos com Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC) em Escolas Públicas de Brasília” abordou, qualitativamente, o processo de inclusão de alunos com Distúrbio do Processamento Auditivo Central (DPAC). Para trazer dados mais concretos, a autora realizou entrevistas semiestruturadas em duas escolas de ensino regular pública de Brasília-DF com 11 participantes. Diante disso, a autora percebeu que uma boa relação entre professor e aluno contribuíam para uma aprendizagem e socialização efetiva, além de ter percebido a necessidade de melhorar a capacitação docente e as práticas pedagógicas.

Alencar (2016) com sua pesquisa chamada a “A Aquisição de Linguagem/Libras e o Aluno Surdo: Um Estudo Sobre as Formas de Comunicação e Interação na Escola e na Família” cujo objetivo foi analisar as metodologias didáticas, linguísticas e de interação utilizadas pelo profissional intérprete de Libras na atuação em sala de aula e pelo professor bilíngue surdo na Sala de Recursos Multifuncionais, da Rede Municipal de Dourados-MS. A pesquisa de Alencar (2016) teve como metodologia, a observação da sala, a entrevista com o professor, com os intérpretes e com as famílias. E os resultados alcançados pela autora foi que estudantes surdos chegam na escola sem o domínio de uma língua de comunicação, além de uma baixa frequência ao Atendimento Educacional Especializado, o que foi informado pelos pais que a desistência da AEE se deve a dificuldade do transporte para levar os alunos à escola, no contra turno. Por fim, Alencar (2016) destacou os principais desafios relatados para obter a linguagem/Língua de Sinais pelos alunos surdos na escola comum foram a criação de estratégias para elevar o tempo de exposição à Libras; adaptar espaços para o uso da Libras no ambiente familiar; fornecer outras maneiras de interação com aluno surdos, com profissional bilíngue e comunidade surda no espaço educacional.

Com uma abordagem qualitativa e entrevistas semiestruturadas, a pesquisa “O Trabalho em Rede (Instituição De Reabilitação, Escola e Família) da Inclusão Escolar e Social de Crianças com Diagnóstico de Paralisia Cerebral” da autora Carvalho (2017) apresentou aspectos de uma experiência de famílias, escola e instituição durante o processo de inclusão escolar de crianças com diagnóstico de Paralisia Cerebral. A autora chegou à conclusão de que os familiares de crianças com Paralisia e os docentes ao terem orientação de profissionais da saúde, diminuem as dificuldades que acontecem durante esse processo de inclusão escolar e social; além de que a articulação apresenta diferenças sobre as barreiras físicas e de atitudes de modo que se coloque em prática uma escola inclusiva de qualidade.

Estudos De Programas/Políticas Para Apoio À Inclusão

Nessa categoria serão apresentadas duas dissertação e uma tese que buscam tratar sobre as legislações e marcos legais da inclusão, e mais uma tese que traz um programa de apoio também acerca da inclusão.

A dissertação “Educação Inclusiva e Família: Uma Abordagem entre as Legislações e as Percepções Teóricas” da autora Lima (2018) apresentou um estudo que visa analisar a educação inclusiva e seus impactos no âmbito familiar. O estudo da autora enfatizou que apesar da educação ser um direito constitucional, indivíduos com especificidades enfrentam significativos desafios ao tentar ter uma educação de qualidade. Dessa forma, Lima (2018) baseou-se em uma revisão bibliográfica, a pesquisa examinou a família, a educação inclusiva sob a perspectiva legal e relação entre o envolvimento familiar e educação inclusiva. Por fim, a dissertação concluiu que as famílias atípicas enfrentam desafios no cotidiano, seja buscando a aceitação da sociedade ou o cumprimento de seus direitos, sendo a educação uma questão a mais desse desafio.

Nessa categoria se encontra uma dissertação e uma tese que falam sobre o Público-alvo da Educação Especial (PAEE). Em sua dissertação “A Política Inclusiva Sob a Ótica da Família”, Dutra (2022) apresentou uma pesquisa que fez parte de um amplo projeto nomeado de “Desenvolvimento de Processos de Avaliação e Monitoramento Acerca de Políticas de Inclusão Escolar em Contextos Municipais”. Sua dissertação teve como objetivo realizar uma avaliação multidimensional das políticas educacionais de inclusão escolar em um contexto municipal. A metodologia se deu a uma aplicação de um questionário para 11 familiares do Público-Alvo da Educação Especial (PAEE) matriculados em três escolas de uma cidade do interior do sudeste goiano. O estudo de Dutra (2022), a partir dos resultados dos questionários que apesar de alguns aspectos positivos existe uma necessidade de melhorias na participação e organização das escolas. Além de que, a autora destaca que o acompanhamento do desenvolvimento pelos familiares que fizeram parte da pesquisa é regular, uma vez que os mesmos sequer souberam informar como ocorre o atendimento dos alunos PAEE nas escolas. Dessa forma, Dutra (2022) compreendeu que os resultados alcançados mostraram a necessidade de uma interação efetiva entre a família e escola para que as escolas promovam suas ações e possibilitando a participação das famílias de maneira contínua na educação e formação dos alunos PAEE.

A tese “Análise da Política de Inclusão Escolar na Perspectiva das Famílias de Estudantes Público Alvo da Educação Especial” de Branco (2020), também integrou um projeto amplo, e visou uma avaliação multidimensional das políticas inclusivas escolares em contexto municipal. A metodologia da autora consistiu em

um delineamento multimétodo que incluiu, para completar a análise da política, entrevistas com 67 familiares de estudantes PAEE que frequentavam sete escolas da rede municipal, utilizando a plataforma para survey em tablet e análises de contextos políticos. Diante disso, o estudo de Branco (2020) concluiu que apesar dos índices dos serviços de apoio ofertados e das relações pedagógicas serem bons, a participação e organização das escolas necessitam melhorar. Além de existir a importância de aumentar o entendimento das famílias sobre as políticas educacionais para assim as mesmas terem um conhecimento profundo para promover uma participação mais efetiva dos mesmos.

Por fim, em sua tese “Famílias de Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: Implementação e Avaliação de um Programa de Apoio para Inclusão Escolar”, Bouffleur (2021) apresentou uma avaliação de um programa de apoio destinado às famílias de crianças com autismos, que busca a inclusão escolar e social. Como metodologia, a tese trouxe uma revisão literária sobre Transtorno do Espectro Autista e teve como instrumentos metodológicos os grupos de apoio composto por familiares de crianças com autismos e um questionário por meio da rede social WhatsApp. Os resultados da autora demonstraram a importância de criar uma Associação e um espaço de apoio para essas famílias. Além de um grupo de profissionais para atendimento especializado as pessoas com autismo. Conforme a autora, a tese mostrou que o grupo de apoio permitiu o empoderamento das famílias de crianças com autismo, colaborando para a inclusão escolar.

Estudos Sobre A Inclusão Escolar Em Contextos Específicos

Nessa categoria serão apresentados os estudos que tratam sobre a inclusão escolar em situações especiais. Durante a pesquisa no Banco de Teses e Dissertações CAPES, foram encontradas duas dissertações, uma que se trata da relação família-escola na questão da nona arte¹ e a outra sobre a inclusão em tempos da pandemia da Covid-19.

¹ Existem 11 (onze) tipos de artes: música, dança, pintura, escultura, teatro, literatura, cinema, fotografia, história em quadrinhos (HQ), jogos eletrônicos e arte digital. A nona arte consiste nas histórias em quadrinhos, HQ, que se define como uma sequência de desenhos e que juntos buscam demonstrar uma história. Fonte: <https://www.todamateria.com.br/tipos-de-arte/>. Acesso em: 11/11/2024

A obra intitulada “Inclusão Além da Sala de Aula: Uma Aventura sobre a Relação Família-Escola na Nona Arte” do autor Tome (2023) apresentou uma problemática acerca da importância de a escola participar da compreensão da parentalidade atípica e sua relação com as instituições escolares. O estudo propôs o uso da nona arte como ferramenta mediadora para facilitar a compreensão mútua entre as famílias atípicas e as escolas. A metodologia do autor incluiu a revisão de literaturas nacionais e internacionais e sendo contextualizado as histórias em quadrinhos autobiográficas com uma abordagem fenomenológica. Durante a revisão bibliográfica, Tome (2023) constatou como um dos obstáculos para a educação inclusiva, a comunicação insuficiente entre a família e a escola. Por fim, o autor concluiu que a escola ao participar da construção do sentido em conjunto a família através da nona arte pode ajudar no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

Já a dissertação “A Sala de Aula na Sala de Estar – As Percepções da Criança e sua Família nos Processos de Inclusão E Aprendizagem, Em Tempos De Pandemia Do Covid 19” de Tonocchi (2021), analisou como as aprendizagens foram edificadas no contexto de inclusão durante a pandemia da Covid-19, sob a perspectiva de crianças com especificidades e suas famílias. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e sendo realizadas entrevistas semiestruturadas com 5 crianças com deficiências e seus pais. Os resultados alcançados pela autora mostraram os impactos que a pandemia trouxe para as rotinas das famílias e trazem as dificuldades no processo de inclusão. Tonocchi (2021) traz como proposta um projeto de intervenção, que compõe um espaço de escuta para famílias atípicas. E, assim, a autora concluiu que o período da pandemia COVID-19 proporcionou uma ocasião para se rever as práticas inclusivas das escolas.

4.2 Relação família-escola no contexto da inclusão – perspectiva da família/escola

Nesta categoria além de trazer as concepções dos 19 autores encontrados serão apresentadas também a experiência do estágio II na educação infantil da autora e sua dupla de estágio. Apesar de que na sala de na referência do estágio não conter alunos com especificidades, foi possível por meio de conversas, registradas no diário de bordo do estágio, com a supervisora técnica e outras professoras da escola ter uma ideia de como funciona a inclusão e a relação da

escola com famílias atípicas, além de uma observação minuciosa sobre a estrutura da escola.

A autora Oliveira (2020) em sua dissertação “Inclusão Escolar De Crianças Autistas: O Que Acontece Quando Família E Docente Dialogam?”, tendo uma abordagem qualitativa, investigou as vivências de inclusão escolar de familiares, professores e crianças autistas; a autora também realizou uma pesquisa com quatro mães, dois pais, e os seus filhos autistas, com idade entre 6 e 7 anos, além da professora de uma dessas crianças. Com isso, o estudo de Oliveira (2020) concluiu que a interação entre a escola e a família é considerada conflituosa, uma das barreiras que impedem à inclusão de crianças autistas é justamente o preconceito, o distanciamento desta relação e a resistência da família em relação à aceitação do diagnóstico do filho.

A dissertação “O Espelho Tem Duas Faces: Reflexo do Papel de Pais e Professores na Escolarização de Crianças com Deficiência Visual nos Anos Finais do Ensino Fundamental” de Soares (2019), por meio de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa e descritiva e tendo como instrumento o estudo de caso, buscou trazer uma análise da concepção de pais e docentes sobre o lugar de cada um no processo de inclusão escolar de alunos com cegueira. Como resultado a pesquisa de Soares (2019) mostrou que a relação entre pais e professores precisam ser melhoradas para existir um bom desenvolvimento de aprendizagem dos estudantes cegos inseridos na escola. É necessário o estreitamento de laços para que elo família e escola seja colocado em prática no dia a dia escolar.

Brito (2017) com sua dissertação intitulada como “Família de Crianças com Deficiência e a Escola Comum: Necessidades dos Familiares e Construção de Parceria” procurou investigar as necessidades e o perfil de familiares de alunos com deficiência na rede regular de ensino em Dourado-MS. O estudo da autora foi desenvolvido em quatro escolas e contou com a participação de 59 familiares dos alunos com especificidades que estavam matriculados do Pré I ao quinto ano do ensino fundamental anos iniciais. Para a coleta de dados, Brito (2017) realizou uma adaptação do formulário de identificação das necessidades e das potencialidades das famílias desses alunos. Diante disso, o estudo da autora revelou que existe uma potencialidade nos familiares como ideias positivas em relação às deficiências e estratégias de adaptação. A maioria dos familiares, de segundo a autora, apresentaram satisfação com os profissionais presente na escola. Por fim, Brito

(2017) apresentou como sugestão que a escola planeje ações para suprir as necessidades e assim conseguir aproximar a família da escola.

A autora Silva (2022) com sua pesquisa chamada “Inclusão Escolar: A Relação Família-Escola em Questão”, abordou as barreiras à inclusão escolar que podem ser minimizadas na relação família-escola. E para isso, a autora realizou por meio de uma pesquisa-ação, realizada em escola pública do Rio de Janeiro, que envolveu mães e professores de alunos da sala de recursos. Como resultado, Silva (2022) apresentou que foi possível perceber uma necessidade a ser suprida no que diz respeito ao apoio familiar no processo de escolarização e formação contínua dos professores. E que também existe a necessidade de ambas a família e a escola em compreender que leva tempo nos processos de desenvolvimento humano específicos.

Em sua tese “Inclusão de Crianças Com Deficiências Graves na Educação Infantil: Experiências de Mães, Professoras e Diretoras Sobre a Relação Escola-Família” Faria (2022) teve como objetivo investigar a experiência de envolvimento na escola, representada pelas professoras e diretoras, com a família da criança com deficiência, e buscou identificar elementos dessa relação que facilitassem ou dificultassem o processo de inclusão escolar. Sua tese teve uma abordagem exploratória, a partir do estudo de caso coletivo. Para a pesquisa do autor, participaram quinze pessoas que foram divididas em três grupos: seis mães que tinham uma criança com deficiência, cinco professoras e quatro diretoras de pré-escola públicas no município de Porto Alegre, RS. Os participantes foram entrevistados e os dados alcançados pelo autor foram analisados por meio de uma análise temática. Dessa forma, Faria (2022) afirmou que os relatos expuseram que as crianças eram percebidas como dependentes por todos os envolvidos, maior parte das mães sentiam o desejo de transferir seus filhos para escolas especiais, ao invés de incluí-los na pré-escola. Maior parte das famílias não procuravam participar das decisões e das representações coletivas. As professoras possuíam um posicionamento ambíguo na relação com as famílias, já as diretoras solicitavam uma participação ativa dessas famílias. Por fim, o autor concluiu que as relações entre as escolas e as famílias são rasas e insuficientes, os resultados de sua pesquisa apontaram a necessidade de considerar à experiência de todos os envolvidos na inclusão das crianças com deficiência na pré-escola, devido a suas características

típicas de vulnerabilidade, além de ser preciso aumentar o apoio as escolas e as famílias.

A professora da sala de referência do estágio supervisionado II informou que a relação entre a família e escola é insuficiente, poucos são os familiares que procuram demonstrar interesse para com a vida escolar dos filhos. As famílias enxergam a escola como um local seguro para deixar as crianças e não se preocupam com a inclusão ou não de seus filhos.

A dissertação “De Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência na Perspectiva de Suas Mães” da autora Rabelo (2021) tratou sobre a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência na escola, focando nas relações entre mãe, escola e filho/aluno. Através de entrevistas com 5 mães, o estudo da autora apontou que o contexto socioeconômico influenciou na visão sobre a deficiência. Como resultado de sua pesquisa, Rabelo (2021) apresentou que as mães se mostraram satisfeitas com a socialização, porém demandavam flexibilização, um planejamento que foque na individualidade de cada um e uma avaliação diagnóstica para o desenvolvimento e aprendizagem.

Já a de Rech (2016) “Relação Família-Escola: Uma Parceria Para a Inclusão de Alunos com Altas Habilidades/Superdotação” focou na inclusão escolar de alunos com superdotação/altas habilidades, explorando a articulação entre a família e a instituição escolar. Por meio de um estudo qualitativo, tendo como instrumento entrevistas e questionários, o estudo da autora trouxe como resultados uma relação inicial entre a família e escola, com algumas barreiras. A pesquisa concluiu que existe uma necessidade de uma formação continuada para ambas as partes, além de fortalecer a rede de apoio e promover uma inclusão mais eficaz dos alunos com superdotação/altas habilidades.

Garcia (2018) em sua dissertação intitulada como “Inclusão de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais no Ensino Fundamental II: Uma Análise do Processo de Interação Escola-Família em uma Escola No Município De Osasco” abordou a interação entre às famílias atípicas e a escola no ensino fundamental em Osasco. A pesquisa que foi realizada com a gestora, professores e familiares apontou níveis pouco satisfatórios de interações da escola com a família, principalmente através de reuniões escolares. Garcia (2018) concluiu que a parceria entre a família e a escola resulta em uma melhora significativa do aluno com necessidades educacionais especiais. A autora também afirmou que ainda se está

procurando a melhor forma da interação família e escola acontecer, uma vez que as demandas partem mais da escola em relação à família, sua pesquisa demonstrou que quando mais alta for a confiança de ambas, mais satisfatórios serão os resultados das interações.

A dissertação “Inclusão Social da Criança com Deficiência no Ensino Regular: O Olhar das Famílias Sobre a Inclusão na Escola” da autora Cruz (2018), examinou a percepção das famílias sobre a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular em Caçador-SC. Como metodologia, a autora constituiu sua pesquisa com uma abordagem qualitativa do tipo descritiva e de cunho interpretativo. Teve como participantes de seus estudos cinco representantes de famílias de crianças com deficiências, matriculadas no 1º e 2º do ensino fundamental anos iniciais da rede regular de ensino. Para coleta de dados, a autora utilizou visitas às famílias em suas casas e as entrevistas semiestruturadas. O estudo da autora revelou que expectativas positivas em relação aos filhos quanto a satisfação com o atendimento de escolas públicas. Porém, às famílias apontaram a necessidade de uma melhoria na formação de professores, na presença do profissional de apoio e no tempo de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Já Souza (2016) com sua dissertação intitulada “Relação Escola E Família De Alunos Com Deficiência Intelectual: O Ponto De Vista Dos Familiares” nos apresentou uma pesquisa qualitativa e uma entrevista coletiva com 21 famílias de alunos com deficiência intelectual. Esse estudo teve como objetivo demonstrar as opiniões dos familiares sobre a relação entre os docentes e a família. A autora concluiu com sua pesquisa que existe uma queixa das famílias em relação à organização e comunicação das informações referentes as deficiências entre os profissionais da escola, o que de acordo com eles causa uma desnecessária exposição. Adversamente as queixas, são oferecidos elogios que movimentam os familiares e alunos apontando os progressos e suas potencialidades. De acordo com Souza (2016) sua pesquisa possibilitou a compreensão das opiniões dos familiares de alunos com deficiência intelectual, além das táticas de participação e as condutas dos profissionais da escola que cooperam para a concretização da parceria.

A dissertação “Inclusão Escolar e Deficiência Intelectual: Um Estudo Sobre a Relação Família, Escola e Trajetórias Escolares” de Leite (2016) examinou as configurações familiares e escolares de 138 alunos com deficiência intelectual. Por meio de uma pesquisa exploratória qualitativa usou os formulários, questionários e

revisão bibliográfica, a autora chegou à conclusão que os professores não sentem que estão preparados para trabalhar com alunos com deficiência intelectual, além de que alunos que fazem parte de famílias com baixos índices de escolarização possuem uma dupla desvantagem quanto as exigências escolares. Dessa forma, Leite (2016) concluiu que as instituições escolares precisam adotar medidas para garantir a participação das famílias nos períodos escolares desses alunos.

Silva (2017) em sua pesquisa de título “As Crianças e Seus Diagnósticos na Escola Pública: Uma Análise Fenomenológica da Perspectiva de Mães e Professoras” buscou explorar sobre o propósito do diagnóstico de alunos para os pais e professoras. Tendo como método fenomenológico-existencial, realizou sua pesquisa em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental I (EMEF) localizada em São Paulo. Partindo da entrevista reflexiva, a autora obteve o seguinte resultado, para as professoras o diagnóstico é importante, pois auxilia nas intervenções que vão ter com seus alunos deficiência. Já para as mães, o diagnóstico ajuda para as mesmas tenham uma melhor compreensão do que está acontecendo com seus filhos. Dessa forma, Silva (2017) concluiu que o diagnóstico exerce papéis diferentes na vida de cada um. Para as professoras, o diagnóstico tem o papel de auxiliar nas intervenções que terão com os alunos que possuem algum tipo de deficiência, para uma das mães na qual o filho não possui o diagnóstico, o mesmo irá ajudar para ela conhecer o que está acontecendo com ele. Outra questão apresentada pela autora, foi que ao possuir um diagnóstico as professoras visam se prender a ele para apresentar seus alunos. Ao contrário de quando existe um diagnóstico, já que a criança é apresentada de maneira mais descritiva.

Durante uma conversa, registrada no diário de bordo, com a professora da sala de referência do estágio, foi relatado que alguns familiares demonstram amor e uma proteção exagerada o que diversas vezes acabam prejudicando o desempenho desses alunos e os outros apenas tem um interesse em conseguir os laudos médicos para receberem os benefícios do governo.

A dissertação “A Relação Escola e Família do Aluno Com Deficiência: Um Estudo Exploratório” de Rodrigues (2021) examinou como a relação entre as instituições e às famílias de alunos com deficiência e a escola está sendo representada nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e como se dá o movimentos gestores no processo de aproximação entre esses âmbitos. Tendo como metodologia uma abordagem qualitativa e realizando uma pesquisa documental para

fundamentar sua pesquisa, a autora também fez uso de questionário para levantar dados com os gestores. Ao analisar os PPP de seis escolas da rede municipal de ensino da cidade de Ponta Porã e, como participantes de questionários, os gestores destas escolas, a autora constatou que apesar da família ser colocada nos documentos como importante e necessária não se tem metodologias ou estratégias que concretizem uma parceria entre eles. Os gestores também não mostraram ações que tenham como foco as famílias de alunos com deficiência. Já com o questionário aplicado aos gestores, de acordo com Rodrigues (2021), demonstraram a preocupação com a firmação da relação família e a escola, e apontaram o esforço dos profissionais da escola em construir essa parceria.

Com uma pesquisa de abordagem qualitativa intitulada como “(Des) Encontros e Desafios na Relação Família-Escola nos Processos de Inclusão de Estudantes Com Deficiência” Reis (2023) examinou como se é construída a interação da escola com as famílias de estudantes deficientes. Por meio de entrevistas em duas unidades de ensino fundamental localizadas em São Paulo, a autora percebeu que se é defendido a importância da comunicação entre a família e a escola e o olhar minucioso para a eliminação de problemas que dificultem a aprendizagem desses alunos. Além de mostrarem que existe um desafio da escola em construir uma parceria sem hierarquização com as famílias.

Procurando contribuir para o debate acerca da temática, a dissertação “A Escola é Mesmo Para Todos (As)? O Que Dizem as Mães, Professoras e Alunos com Deficiência a Respeito da Relação Com a Escola?” de Siqueira (2019) é apresentada como se compõe a relação família e escola nos casos de inclusão de alunos de classes populares nas escolas de Mariana-MG. Tendo como instrumentos para coleta de dados a entrevista reflexiva, a autora conseguiu concluir que sem um apoio do Estado, essas famílias de camadas populares continuam sem suporte e condições para a educação efetiva de seus filhos. Siqueira (2019) continua afirmando que as escolas não conseguem ter seus espaços, formação dos professores e matérias adaptados para a inclusão das crianças com deficiências e o acolhimento real das famílias.

Durante o estágio II, nos foi relatado que existe uma falta de estrutura física adequada da escola, material pedagógico específico e funcionários qualificados para exercer atividades com esses alunos. E ao realizar uma observação da escola foi possível constatar que se tratar de uma estrutura antiga, a escola enfrenta

problemas de acessibilidade que precisam ser melhorados. O prédio necessita de uma reforma e manutenção, incluindo a troca de móveis das salas de aulas, portas das salas que são um pouco estreitas. Ainda que os corredores que ligam as salas de aulas possuam rampas, seria importante ter rampas em frente às salas para facilitar o acesso à área livre. Esses são alguns dos desafios enfrentados pela escola para conseguir efetivar uma educação realmente inclusiva.

Em sua pesquisa intitulada de “Inclusão Escolar, Empoderamento Familiar E O Direito À Educação” de natureza qualitativa, Arioza (2017) investigou as ideias de direitos e inclusão escolar das famílias de alunos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação e como essas intervêm nas escolhas e na independência sobre a vida escolar de seus filhos. Por meio da pesquisa ação, a autora procurou coletar seus dados a partir de grupos focais de familiares de alunos com deficiências. Os resultados alcançados pela autora mostraram que os pais ainda apresentam uma visão de deficiência e de inclusão escolar baseada no modelo médico-patológico. A autora concluiu que essa perspectiva ainda influencia as compreensões de direitos oferecidas, os familiares se mencionaram à concretização dos direitos do filhos quase apenas para se dirigir a assuntos relacionados à oferta dos serviços de saúde. A falta de preparo dos profissionais da escola regular para lidarem com a condição do filho também foi uma queixa apresentada pelos mesmos.

Durante o momento de observação da escola do estágio II percebe-se uma falta de profissionais capacitados para cuidar dos alunos com especificidades. A escola conta com apenas o cuidador que fazem, muitas vezes, um papel de “babá”, pois, de acordo com a professora da sala de referência, são pessoas selecionadas pelo poder público sem uma exigência de conhecimento pedagógico.

A partir de uma pesquisa qualitativa, Ribeiro (2019) em sua dissertação intitulada de “A Participação da Família de Estudantes Com Deficiência na Gestão da Escola: Implicações no Processo de Inclusão Escolar”, analisou a participação das famílias de estudantes com deficiência na gestão da escola e as implicações que esse envolvimento trazem para o processo de inclusão escolar. A pesquisa da autora compôs um estudo de caso de uma instituição escolar da rede municipal de ensino em Barreiras-BA. Os resultados encontrados por Ribeiro (2019) auxiliaram para a compreensão da existência de ferramentas de participação escolar, contudo sem a representação das famílias de estudantes com deficiências e outros dados

mais. Tais resultados auxiliaram na fundamentação de intervenções que podem contribuir no fortalecimento da relação família e escola.

Ferreira (2019) em sua dissertação intitulada “As Lutas por Direitos Dos Estudantes Surdos: Resistências e Frustrações de Famílias das Camadas Populares” possui como objetivo geral em seus estudos analisar como se dá a relação da família e da escola num processo de inclusão de alunos surdos no interior de Minas Gerais. Tendo uma abordagem qualitativa a pesquisa teve como instrumento a entrevista de duas mães de estudantes surdos e um questionário aplicado a dois diretores e dois docentes de duas escolas da cidade. E diante dos resultados conseguidos pelas respostas dessas pessoas, a pesquisa de Ferreira (2019) concluiu que apesar destes alunos serem amparados pelas leis, as mesmas não estão sendo cumpridas. Uma das ações realizada foi a contratação de um intérprete de libras. De acordo com Ferreira (2019) as escolas e os familiares não possuíam uma relação efetiva, mas que isso não ocorria por desinteresse dos familiares, uma vez que elas sempre se esforçaram pela escolarização dos filhos. Apesar de terem sido abandonadas pelo poder público, os mesmos sempre buscaram fazer dentro o possível para incluir seus filhos.

Vinculada ao Grupo de Estudos sobre Diversidades e Inclusão nos Espaços Educacionais - GEDIEE, da linha de Pesquisa Educação, Cultura e Dinâmicas Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação da Universidade Regional de Blumenau-SC (FURB), está a pesquisa de Torrens (2018) com o título “Interações entre Escola e Família no Processo de Inclusão de um Estudante Público-Alvo da Educação Especial” que examinou as interações entre a escola e a família de um estudante Público-Alvo da Educação Especial. Definida como estudo de caso, contando com uma entrevista semiestruturada, observação direta e análise documental como instrumentos para geração de dados. Os resultados de sua pesquisa apontaram a aceitação de estudantes com deficiência na escola está mais para uma “aceitação fantasma”, em que os docentes permitem a presença do estudante até onde consideram adequado. No que diz respeito às interações entre escola e família, Torrens (2018) notou que os profissionais avaliaram a falta de estrutura escolar e a falta de formação na área da Educação Especial desafios para as relações harmoniosas. Por fim, para o aluno, as instituições escola e família têm ligação contínua no seu processo de escolarização.

Durante os momentos na sala de referência do estágio em educação infantil, por não ter crianças que precisam de auxílio educacional especial não foi possível analisar as relações entre os pais desses alunos e a escola. Porém, com o restante dos alunos foi possível perceber que muito dos pais dos alunos matriculados na instituição são carinhosos e buscam participar ativamente do cotidiano das crianças.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva passou por diversos momentos para conseguir alcançar o patamar que se encontra hoje. Ter pessoas sem aceitar que as pessoas com especificidades estivessem inseridas nas redes regulares de ensino foi apenas a ponta do iceberg de problemáticas acerca da educação mais inclusiva.

Hoje, a educação inclusiva representa um percurso longo e significativo na procura de uma sociedade mais justa e igualitária. Com passar dos últimos anos, a conquista de leis e normativas que asseguram uma educação efetiva de todos independente de suas especificidades é um marco e uma grande vitória para todos que lutaram para que isso fosse possível.

Porém, deve-se entender que uma escola inclusiva não é aquela que apenas aceita os alunos na instituição. Uma escola realmente inclusiva é aquela que busca adaptar seus currículos e metodologias para atender todas as necessidades do público ali inserido. É uma escola que entende que a inclusão não é somente aceitar os alunos com algum tipo de especificidade na instituição e esquecer que ele está ali, e sim fazer com que os mesmos se sintam parte e acolhidos pela comunidade escolar.

A parceria entre a família e escola é uma relação essencial para esse processo de inclusão, é a partir dela que os alunos com alguma especificidade podem se sentir apoiados e estimulados a continuar seu percurso escolar. A família atua como um lugar de segurança para os alunos e é a partir dela que as escolas podem ter informações cruciais sobre os alunos. Já a escola deve oferecer um lugar acolhedor e estruturado para receber esses alunos.

A relação família e escola é necessária, principalmente para a educação inclusiva, uma vez que é uma parceira fundamental para a efetivação da inclusão. Ao terem esse contato firmado entre os dois âmbitos é possível proporcionar um suporte contínuo ao aluno com especificidade, aperfeiçoando suas habilidades e desenvolvendo seu crescimento pessoal e social.

Ter uma troca de informações entre a família e a escola é importante para que a tomada de decisões atenda a necessidade de cada aluno, contribuindo assim para que a educação inclusiva seja efetiva.

No entanto, muitos ainda são os desafios que necessitam ser enfrentados e superados para uma comunicação efetiva entre a escola e a família. Desafios esses

que muitos dos autores apresentados no tópico: “Estado Do Conhecimento: Relação entre Família e Escola no Processo de uma Educação Inclusiva”, abordaram de forma esplêndida e a observação do campo de estágio II, possibilitou notar algumas dificuldades. Desafios como a falta de receptividade de algumas pessoas do corpo escolar, o interesse dos familiares apenas pelos laudos médicos para conseguir benefícios e auxílios do governo, a falta de materiais e estruturas mais inclusivas, são apenas uma pequena amostra de como, apesar de ter evoluído é necessário ter uma maior conscientização e um investimento melhor, para que assim realmente exista uma educação inclusiva.

Diante disso, se torna crucial que existam ações que promovam uma comunicação eficaz entre a família e a escola. Como a oferta de palestras e oficinas para as famílias e os educadores sobre a inclusão. Assim como, o uso dos meios digitais para facilitar as trocas de informações entre outras ações que busquem auxiliar na melhora dessa comunicação.

Dessa forma, conclui-se que a educação inclusiva só se torna efetiva a partir do momento em que há uma relação entre a família e a escola, oferecendo assim um suporte para o aluno, focando em sua individualidade. Sendo possível assim que a escola, em parceria com a família, construa um ambiente acolhedor e inclusivo e, principalmente, uma educação de qualidade para os alunos com deficiências.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Marco Antônio; ALMEIDA, Mauro de. Comunidade Aprender Criança. Cartilha da Inclusão Escolar: inclusão baseada em evidências científicas. Ed. Instituto Glia, 2014. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/educacao-inclusiva-cartilha-da-inclusao-escolar/>. Acesso em: 12/11/2023

BARBOSA, Juliana Silveira Branco. A Importância da Participação Familiar Para a Inclusão Escolar. Ipatinga, Minas Gerais, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2152/1/2011_JulianaSilveiraBrancoBarbosa.pdf. Acesso em: 19/09/2024

BARDIN, Laurence (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa edições, ed. 70, 225. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN L. 1977. Analise de conteudo. Lisboa edicoes 70 225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf). Acesso em: 19/09/2024

BEZERRA, Lourayne Natiely Vanderlei; ANTERO, Katia Farias. Um Breve Histórico da Educação Inclusiva no Brasil. In: Anais. CONEDU (VII Congresso Nacional de Educação). 2022. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_M_D4_SA11_ID_14082020134026.pdf. Acesso em: 13/12/2024

BONETTI, Fiama Paola. Inclusão na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: As Dificuldades das Crianças com Deficiência ou Doença na Educação Infantil e nos Anos Iniciais. 2022, 30 f. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/5974/1/BONETTI.pdf> Acesso em: 15/02/2024

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02/09/2024

BRASIL, Casa Civil, Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 02/09/2024

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 03/09/2024

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02/09/2024

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 04/09/2024

CAVALCANTI, Ademilson Vedovato. O papel do gestor no processo de inclusão. *Colloquium Humanarum*, vol. 11, n. Especial, Jul–Dez, 2014, p. 1014-1021. ISSN: 1809-8207. DOI: 10.5747/ch.2014.v11.nesp.000632. Disponível em: <https://www.unoeste.br/site/enepe/2014/suplementos/area/Humanarum/Educa%C3%A7%C3%A3o/O%20PAPEL%20DO%20GESTOR%20ESCOLAR%20NO%20PROCESSO%20DE%20INCLUS%C3%A3O.pdf>. Acesso em: 12/09/2024

CAMPOS, Juliane Ap. de Paula Perez. O aluno com deficiência intelectual na educação de jovens e adultos: contexto e percurso escolar. In: ALMEIDA, Maria Amélia; MENDES, Enicéia Gonçalves (org.). *A escola e o público-alvo da educação especial: apontamentos atuais*. – São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da Educação Especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño (org.). *Educação Especial: em direção à educação inclusiva*. - 2. Ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

Declaração Mundial Sobre Educação Para Todos e Plano De Ação Para Satisfazer As Necessidades Básicas De Aprendizagem. Jomtien- Tailândia, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 05/03/2024

UNESCO. Declaração de Salamanca e o Enquadramento da Acção - Necessidades Educativas Especiais. Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 05/03/2024

FRIAS. Elizabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco. *Inclusão Escolar Do Aluno Com Necessidades Educacionais Especiais: Contribuições Ao Professor Do Ensino Regular*. 2018. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51393447/Inclusao-libre.pdf?1484667076=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DINCLUSAO_ESCOLAR_DO_ALUNO_COM_NECESIDAD.pdf&Expires=1728690266&Signature=hRz0~vqWCORlpKwJ1STIP9-pmf1TYoVvghQeUPYZO9VtCKHvhVne2AxWmaLoi00MA0YfLzcfYj7Q42J8pKMewoDi2ZXgZv2aJq1jf3mLkYX-I28xT8boklI0D5GjDGv0eVYJ~UN~1y4~EWsL3IWmP97bXu7agEig1Xd2tfvdfc2JDBkhESzZqqYlqv1Iha4ofS1BqmBY63t9ycwCdi6zJQpOxoHyIVPb26C8bfduskkH43PtyK3k9qbLrfX42bg8mj6Jio8a~TrxCg4JbG41~vLRXn7Zez9ivhyrEvLAJ8iFT6vN2sw4g1B4x77X2BPq2up5aQSaOMGKrBt-IJ8yQ_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 17/09/2024

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 06/02/2024

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. *Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: Desafios da Implantação de uma Política Nacional*. Educar em

Revista, Curitiba, Brasil, n° 41, p. 61-79, jul/set. 2011. Editora UFPR. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/86729858/05-libre.pdf?1653938466=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DEducacao_especial_na_perspectiva_da_educ.p df&Expires=1728690371&Signature=DkXm9QhKtWcoDU97Ujfeb2dbDObnGx-R09z1ZCAZ~53301aNfFr5DH6OVMcqtLBUa0HEntOsj46ln4xkelN1hIGcDHpL~xla03B~Q2JyEGf8QAYzQFmj49lViqv2La5l~WjZo~zx1Gj9-rq23PJcla7Al6gymKUYFqVF6pR7p9gErWgpYsC69hRoNeVC8~L6MSSvau46hahSi oPgHazWfv6DqYAuUJpmcq0pVaPndbIFP4SFRSDwqS6fmDgkzXWwyc3kAXG98gm vnXsMP8Pf9iFSjAkX24mffHYE0BWeorMyI1WV3ZvqZNfobXqBWlteWGsmdv2wWH Q5f3Jimoia &Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 13/09/2024

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O Revisitar Da Metodologia Do Estado Do Conhecimento Para Além De Uma Revisão Bibliográfica. Revista Panorâmica – ISSN 2238-9210 - V. 33 – maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318/19192476>. Acesso em: 13/09/2024

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer? – São Paulo, 1° ed. Editora Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 07/11/2023

MELO, Estela Caroline Freitas. Inclusão Social E Escolar A Partir Da Condicionalidade De Educação Do Programa Bolsa Família' 17/08/2022 110 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO, Uberaba Biblioteca Depositária: BDTD/UFTM. Acesso em: 13/08/2024

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001, Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em: 07/11/2023

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual qualitativa. Porto Alegre: PUCRS, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SJKF5m97DHykhL5pM5tXzdj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 02/09/2024

NASCIMENTO, Álisson Raul Melo Do et al.. Linha Do Tempo Na Educação Inclusiva: Tecnologias Como Subsidio Para Aprendizagem. In: Anais do Encontro das Licenciaturas do Agreste Pernambucano – ENLAPE, Encontro de ensino pesquisa e extensão da AEB/FBJ e o Encontro institucional Acadêmico-Científico do Pibid/FBJ. Anais...Belo Jardim (PE) AEB/FBJ, 2017. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/enlapepibidfbj/70138-LINHA-DO-TEMPO-NA-EDUCACAO-INCLUSIVA--TECNOLOGIAS-COMO-SUBSIDIO-PARA-APRENDIZAGEM>. Acesso em: 05/06/2024

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. PSICOLOGIA:

CIÊNCIA E PROFISSÃO, 2015, 35(4), 1106-1119. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gtPdzXy4yHrX9Lz9txCtQ7c/#>. Acesso em: 09/09/2024

OLIVEIRA, Cynthia Bisinoto Evangelista de; MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. A relação família-escola: intersecções e desafios. Estudos de Psicologia I, Campinas I 27(1) | 99-108 |, janeiro – março, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt>. Acesso em: 09/09/2024

SANTOS, Guilherme Alexandre. Os Desafios da Educação Inclusiva na Rede Pública de Ensino. Universidade Federal de Sergipe, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575784>. Acesso em: 03/10/2024

SILVA, Danubia Souza Marques Da. INCLUSÃO ESCOLAR: a relação família-escola em questão' 21/02/2022 101 f. Mestrado Profissional em PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA Instituição de Ensino: COLÉGIO PEDRO II, Rio de Janeiro Biblioteca Depositária: SILVIA BECHER. Acesso em: 13/08/2024

SILVA, Thaissa Thame de Moura. COMUNICAÇÃO EM SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL: caderneta de apoio aos serviços de saúde à família e à escola' 01/12/2020. Doutorado em ENFERMAGEM Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, Recife. Biblioteca depositaria: undefined. Acesso em: 13/08/2024

SIQUEIRA, Luanna Burgos. A Escola É Mesmo Para Todos(as)? O Que Dizem As Mães, Professoras E Alunos Com Deficiência A Respeito Da Relação Com A Escola?. – Mariana, 2019. Biblioteca depositaria: ICHS. Acesso em: 13/08/2024

SOBRINHO, Francisco de Paula Nunes; NAUJORKS, Maria Inês. Pesquisa em Educação Especial: O Desafio da Qualificação – Bauru, SP: EDUSC, 2001

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: Um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. – Editora Artmed, Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TAVARES, Camila Mendes Martins; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira e. Relação família-escola: possibilidades e desafios para a construção de uma parceria. Revista Formação@Docente – Belo Horizonte – vol. 5, no 1, jan./jun., 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Marlice-Nogueira/publication/274608639_Relacao_Familia-Escola_Possibilidades_e_Desafios_para_a_Construcao_de_Uma_Parceria/links/60227b4a45851589399080f9/Relacao-Familia-Escola-Possibilidades-e-Desafios-para-a-Construcao-de-Uma-Parceria.pdf?sq%5B0%5D=started_experiment_milestone&origin=journalDetail&rtid=e30%3D. Acesso em: 10/09/2024

APÊNDICE A – REFERÊNCIAS POR CATEGORIAS

CATEGORIA 1 – Relação Família-Escola No Contexto Da Inclusão – Perspectiva Da Família/Escola
<p>ARIOZA, Carolina Dos Santos. Inclusão Escolar, Empoderamento Familiar E O Direito À Educação' 01/03/2017 Undefined F. Mestrado Em Educação - Campus Catalão Instituição De Ensino: Universidade Federal De Goiás, Catalão. Biblioteca Depositária: undefined. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>BRITO, Dorca Soares De Lima. Família De Crianças Com Deficiência E A Escola Comum: Necessidades Dos Familiares E Construção De Parceria. 26/04/2017 101 F. Mestrado em Educação, Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFGD. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>CRUZ, Adriane Alves Da. Inclusão Social Da Criança Com Deficiência No Ensino Regular: O Olhar Das Famílias Sobre A Inclusão Na Escola' 12/09/2018 83 F. Mestrado Em Desenvolvimento E Sociedade Instituição De Ensino: Universidade Alto Vale Do Rio Do Peixe, Caçador Biblioteca Depositária: Uniarp - Universidade Alto Vale Rio Do Peixe. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>FARIA, Abner Alves Borges. Inclusão De Crianças Com Deficiências Graves Na Educação Infantil: Experiências De Mães, Professoras E Diretoras Sobre a Relação Escola-Família' 29/05/2022 169 F. Doutorado Em Psicologia Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre Biblioteca Depositária: Biblioteca Do Instituto De Psicologia. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>FERREIRA, Renata Lena De Lourdes. As Lutas Por Direitos Dos Estudantes Surdos: Resistências E Frustrações De Famílias Das Camadas Populares' 25/04/2019 117 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal De Ouro Preto, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>GARCIA, Samara Pereira. Inclusão De Alunos Com Necessidades Educacionais Especiais No Ensino Fundamental II: Uma Análise Do Processo De Iteração Escola-Família Em Uma Escola No Município De Osasco' 11/04/2018 91 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Cidade De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Prof. Lucio De Souza (Unicid, Tatuapé). Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>LEITE, Elisete De Andrade. Inclusão Escolar E Deficiência Intelectual: Um Estudo Sobre A Relação Família, Escola E Trajetórias Escolares' 25/02/2016 182 F. Mestrado Profissional Em Educação Instituição De Ensino: Universidade De Taubaté, Taubaté Biblioteca Depositária: Biblioteca Do Departamento De Letras, História, Pedagogia E Serviço Social. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>OLIVEIRA, Karoline Mendonça. Inclusão Escolar De Crianças Autistas: O Que Acontece Quando Família E Docente Dialogam?' 14/12/2020 245 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Ceará, Fortaleza Biblioteca Depositária: undefined. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>RABELO, Flavia Laryssa Gonzaga. Processos De Inclusão Escolar De Estudantes Com Deficiência Na Perspectiva De Suas Mães' 25/08/2021 Undefined F. Mestrado Em Educação, Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial Moacyr De Góes - CE – UFRN. Acesso em: 13/08/2024</p>
<p>RECH, Andreia Jaqueline Devalle. Relação Família-Escola: Uma Parceria Para</p>

A Inclusão De Alunos Com Altas Habilidades/Superdotação' 05/12/2016 335 F. Doutorado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria Biblioteca Depositária: Biblioteca Central. **Acesso em: 13/08/2024**

REIS, Claudia D Alevedo Dos. **(Des)Encontros E Desafios Na Relação Família-Escola Nos Processos De Inclusão De Estudantes Com Deficiência'** 15/08/2023 129 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal De São Paulo, Guarulhos Biblioteca Depositária: Unifesp-EFLCH. **Acesso em: 13/08/2024**

RIBEIRO, Carla Cassiana Lima De Almeida. **A Participação Da Família De Estudantes Com Deficiência Na Gestão Da Escola: Implicações No Processo De Inclusão Escolar'** 19/03/2019 180 f. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: Centro de Documentação e Informação Luiz Henrique Tavares; Biblioteca Depositaria: Edivaldo Machado Boaventura. **Acesso em: 13/08/2024**

RODRIGUES, Maria Beatriz Blanco Santana. **A Relação Escola E Família Do Aluno Com Deficiência: Um Estudo Exploratório'** 16/05/2021 72 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFGD. **Acesso em: 13/08/2024**

SILVA, Danubia Souza Marques Da. **Inclusão Escolar: A Relação Família-Escola Em Questão'** 21/02/2022 101 F. Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica, Instituição De Ensino: Colégio Pedro II, Rio De Janeiro Biblioteca Depositária: Silvia Becher. **Acesso em: 13/08/2024**

SILVA, Lia Spadini Da. **As Crianças E Seus Diagnósticos Na Escola Pública: Uma Análise Fenomenológica Da Perspectiva De Mães E Professoras'** 23/03/2017 114 F. Mestrado Em Educação (Psicologia Da Educação) Instituição De Ensino: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Monte Alegre. **Acesso em: 13/08/2024**

SIQUEIRA, Luanna Burgos De. **A Escola É Mesmo Para Todos (As)? O Que Dizem As Mães, Professoras E Alunos Com Deficiência A Respeito Da Relação Com A Escola?'** 04/06/2019 107 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal De Ouro Preto, Mariana Biblioteca Depositária: ICHS. **Acesso em: 13/08/2024**

SOARES, Mariane De Araujo. **O Espelho Tem Duas Faces: Reflexo Do Papel De Pais E Professores Na Escolarização De Crianças Com Deficiência Visual Nos Anos Finais Do Ensino Fundamental'** 27/02/2019 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte, Natal Biblioteca Depositária: BCZM/UFRN. **Acesso em: 13/08/2024**

SOUZA, Annye De Picoli. **Relação Escola E Família De Alunos Com Deficiência Intelectual: O Ponto De Vista Dos Familiares'** 11/05/2016 97 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFGD. **Acesso em: 13/08/2024**

TORRENS, Perla. **Interações Entre Escola E Família No Processo De Inclusão De Um Estudante Público-Alvo Da Educação Especial'** 27/02/2018 110 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Regional De Blumenau, Blumenau Biblioteca Depositária: Prof. Martinho Cardoso da Veiga. **Acesso em: 13/08/2024**

CATEGORIA 2 – Estudos Específicos Sobre Inclusão De Alunos

ABREU, Micheliny Jafar De Souza. **O Processo De Inclusão Escolar De Alunos Com Distúrbio Do Processamento Auditivo Central (DPAC) Em Escolas Públicas De Brasília'** 17/02/2016 102 F. Mestrado Em Psicologia Instituição De Ensino: Universidade Católica De Brasília, Brasília Biblioteca Depositária: undefined. **Acesso em: 13/08/2024**

ALENCAR, Aurelio Da Silva. **A Aquisição De Linguagem/Libras E O Aluno Surdo: Um Estudo Sobre As Formas De Comunicação E Interação Na Escola E Na Família'** 06/12/2016 106 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFGD. **Acesso em: 13/08/2024**

BAIENSE, Ana Elena Dos Santos. **Diferentes Olhares Sobre A Inclusão De Estudantes Com Deficiência Intelectual: Família, Professores E Escola'** 11/11/2022 168 F. Mestrado Profissional Em Ciência, Tecnologia E Educação Instituição De Ensino: Centro Universitário Vale Do Cricaré, São Mateus Biblioteca Depositária: Biblioteca Da FVC. **Acesso em: 13/08/2024**

CARVALHO, Larisse Junqueira Mendes De. **O Trabalho Em Rede (Instituição De Reabilitação, Escola E Família) Na Inclusão Escolar E Social De Crianças Com Diagnóstico De Paralisia Cerebral'** 15/02/2017 101 F. Mestrado Em Saúde, Interdisciplinaridade E Reabilitação Instituição De Ensino: Universidade Estadual De Campinas, Campinas, Biblioteca Depositária: undefined. **Acesso em: 13/08/2024**

MONTEIRO, Fernanda Cristina Bassetto. **A Inclusão Escolar Do Aluno Com Transtorno Do Espectro Autista: Novos Desafios E Possibilidades'** 25/04/2019 95 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Estadual De Maringá, Maringá Biblioteca Depositária: BCE - Biblioteca Central Da UEM. **Acesso em: 13/08/2024**

ROCHA, Nair Martins. **Inclusão Escolar De Uma Estudante Com Síndrome De Down: Um Estudo Sobre A Relação Estudante, Família E Escola'** 13/04/2023 145 F. Mestrado Em Psicologia Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: <https://Repositorio.Ufgd.Edu.Br/Jspui/>. **Acesso em: 13/08/2024**

CATEGORIA 3 – Estudos De Programas/Políticas Para Apoio À Inclusão

BOUFLEUR, Emne Mourad. Famílias De Crianças Com Transtorno Do Espectro Do Autismo: Implementação E Avaliação De Um Programa De Apoio Para Inclusão Escolar' 29/09/2021 233 F. Doutorado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal Da Grande Dourados, Dourados Biblioteca Depositária: Biblioteca Central Da UFGD. **Acesso em: 14/08/2024**

BRANCO, Ana Paula Silva Cantarelli. Análise Da Política De Inclusão Escolar Na Perspectiva Das Famílias De Estudantes Público Alvo Da Educação Especial' 25/11/2020 251 F. Doutorado Em Educação Especial (Educação Do Indivíduo Especial) Instituição De Ensino: Universidade Federal De São Carlos, São Carlos Biblioteca Depositária: Repositório Institucional Da UFSCAR: <https://Repositorio.Ufscar.Br/Handle/Ufscar/14090>. **Acesso em: 14/08/2024**

DUTRA, Joelma Fernanda De Sales Carneiro. A Política Inclusiva Sob A Ótica Da Família' 19/09/2022 145 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Federal De Catalão, Catalão, Biblioteca Depositária: undefined. **Acesso em: 14/08/2024**

LIMA, Oscarina Alves De. Educação Inclusiva E Família: Uma Abordagem Entre As Legislações E As Percepções Teóricas' 27/03/2018 78 F. Mestrado Profissional Em Teologia Instituição De Ensino: Escola Superior De Teologia, São Leopoldo Biblioteca Depositária: Faculdades EST. **Acesso em: 14/08/2024**

CATEGORIA 4 – Estudos Sobre A Inclusão Escolar Em Contextos Específicos

TOME, Adonis Da Silva. Inclusão Além Da Sala De Aula: Uma Aventura Sobre A Relação Família-Escola Na Nona Arte' 11/12/2023 137 F. Mestrado Em Educação Instituição De Ensino: Universidade Cidade De São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: Repositório Institucional. **Acesso em: 14/08/2024**

TONOCCHI, Monica Diva Barddal. A Sala De Aula Na Sala De Estar – As Percepções Da Criança E Sua Família Nos Processos De Inclusão E Aprendizagem, Em Tempos De Pandemia Do Covid 19' 14/09/2021 139 F. Mestrado Profissional Em Gestão Educacional Instituição De Ensino: Universidade Do Vale Do Rio Dos Sinos, São Leopoldo Biblioteca Depositária: UNISINOS. **Acesso em: 14/08/2024**